

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
FACULDADE DE DIREITO

ISABELA COSTA RODRIGUES

**CONTROLE JURISDICIONAL DE CONVENCIONALIDADE E  
SEGURIDADE SOCIAL: UMA ANÁLISE DA APLICAÇÃO DA  
CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM  
DEFICIÊNCIA NAS DECISÕES DO TRF4 RELATIVAS AO BENEFÍCIO  
DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC)**

CURITIBA

2017

ISABELA COSTA RODRIGUES

**CONTROLE JURISDICIONAL DE CONVENCIONALIDADE E  
SEGURIDADE SOCIAL: UMA ANÁLISE DA APLICAÇÃO DA  
CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM  
DEFICIÊNCIA NAS DECISÕES DO TRF4 RELATIVAS AO BENEFÍCIO  
DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC)**

Monografia apresentada como requisito para  
a obtenção de formação profissional  
específica e para a colação de grau da  
Faculdade de Direito da Universidade  
Federal do Paraná.

Orientador: Professor Sidnei Machado

CURITIBA

2017

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por todas as bênçãos e oportunidades que me concedeu.

Aos meus pais, José e Aurideia, por toda dedicação, amor e apoio que recebi em minha vida.

A minha família, especialmente a minha tia Ediméia, por todo auxílio que recebi nos momentos que mais precisei.

Ao professor Sidnei Machado, pelo suporte e orientação.

Ao Dr. Eduardo Appio, pelo apoio e incentivo no desenvolvimento deste trabalho.

A Ana Carolina Jacon, Karla Alves Mendonça, Gabriela Ferreira, Jessica Barbosa e Anna Carolina Pellizetti, pela companhia e amizade durante todos esses anos.

## RESUMO

O presente trabalho tem por objeto o estudo do controle de convencionalidade aplicado na jurisprudência do Tribunal Regional Federal da quarta região (TRF4), nas decisões proferidas entre 2010 a 2017, a fim de verificar se e como o tribunal aplica os conceitos oriundos da Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência nos casos nos casos que envolvem o benefício de prestação continuada (BPC). Dessa forma, o trabalho terá como base o método do estudo de casos. Inicialmente, serão apresentados os temas basilares do trabalho, quais sejam: o controle de convencionalidade; a hierarquia dos tratados internacionais no direito interno; a reforma do judiciário (Emenda Constitucional 45/2004), as normativas nacionais sobre a deficiência, bem como as inovações trazidas pela Convenção. Após, serão analisados os dados obtidos, para que se possa traçar um panorama de como ocorre a aplicação desse tratado pelo poder judiciário nacional e de como o instituto do controle de convencionalidade vem se desenvolvendo no Brasil.

Palavras-chave: Controle de convencionalidade; Deficiência; Benefício de prestação continuada; estudo de casos.

## ABSTRACT

The present work concerns about the conventional control applied on the Fourth Region's Federal Regional Court's jurisprudence (based on the decisions awarded between 2010 and 2017), seeking to find out if and how the court applies the Convention on the Rights of Persons with Disabilities, especially on the cases that involve the continued provision benefit (BPC). In this way, the work's method will be the case study. Initially, some essential subjects will be presented, such as: the conventional control; the constitutional amendment 45/2004, the national laws that treats about disability and the innovations brought by the Convention on the Rights of Persons with Disabilities. After, the second part of this work will analyze the data obtained, in order to give an overview about the application of this international document and how this institute has been developed in Brazil.

Keywords: Conventionality control, case study, disability.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	8
1. BREVE PANORAMA A RESPEITO DA HIERARQUIA NORMATIVA DOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS.....	10
1.2 HIERARQUIA DOS TRATADOS ANTES DA EC 45/2004.....	13
1.3 HIERARQUIA INFRACONSTITUCIONAL .....	13
1.4 HIERARQUIA SUPRACONSTITUCIONAL .....	14
1.5 HIERARQUIA CONSTITUCIONAL.....	15
1.6 HIERARQUIA SUPRALEGAL .....	16
1.7 REFORMA INTRODUZIDA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL 45/2004 .....	16
2.0 INTERNACIONALIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS.....	17
2.1 CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE .....	18
2.2 MODOS DE EXERCÍCIO.....	21
2.3 DIPLOMAS PASSÍVEIS DO CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE.....	22
3.0 - CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	23
3.1 A CONDIÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA .....	24
3.2 INOVAÇÕES E LUTA PELA EMANCIPAÇÃO.....	26
3.3- LEGISLAÇÃO BRASILEIRA RELATIVA À DEFICIÊNCIA: ALTERAÇÕES APÓS A INCORPORAÇÃO DA CISDPD.....	31
3.4 ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (LEI 13.146/2015).....	32

3.5 DA SEGURIDADE SOCIAL .....	34
3.6 DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E O BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA .....	37
3.7 MARCO TEMPORAL DE DOIS ANOS PARA CARACTERIZAÇÃO DA INCAPACIDADE DE LONGO PRAZO, INOVAÇÃO DA LEI 12.470/11 .....	42
4. ESTUDO DE CASOS DAS DECISÕES DO TRF4 SOBRE BENEFÍCIO ASSISTENCIAL NO PERÍODO DE 2010 A 2017.....	44
4.1 MÉTODO DO ESTUDO DE CASOS.....	45
4.1.1 ARGUMENTAÇÃO, RACIOCÍNIO JURÍDICO DAS CORTES BRASILEIRAS E FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS.....	46
4.2 ANÁLISE DAS DECISÕES DO TRF4 .....	49
4.2.1 DECISÕES PROFERIDAS PELA QUINTA E SEXTA TURMA DO TRF4.....	49
4.2.1.1 FUNDAMENTAÇÃO .....	50
4.2.1.2 ANÁLISE DOS CASOS CONCRETOS .....	51
4.2.1.3 POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO DAS DECISÕES.....	55
4.3 DECISÕES DO TRF4 E ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA: CRITÉRIOS DE MACCORMICK E JOSÉ R. RODRIGUEZ.....	57
4.4 ANÁLISE CONJUNTA DAS DECISÕES: RESPOSTA AOS QUESTIONAMENTOS ACERCA DO CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE .....	58
5.0 CONCLUSÃO.....	60
REFERÊNCIAS .....	61
ANEXOS .....	67
DECISÕES DA SEXTA TURMA DO TRF4 .....	67

DECISÕES DA QUINTA TURMA DO TRF4.....	79
---------------------------------------	----



## INTRODUÇÃO

De acordo com o Censo Demográfico de 2010, realizado Pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil existem cerca de 45.606.048 de pessoas portadoras de algum tipo de deficiência, representado aproximadamente 23,9% da população do país. Assim, ante a inegável expressividade do número apontado, percebe-se que essas pessoas representam parcela significativa da população, que infelizmente ainda não possuem seus direitos efetivados de forma plena pela sociedade e pelo ordenamento jurídico pátrio.

Nesse contexto, o Brasil aderiu à Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (assinada em 30 de março de 2007, bem como o seu protocolo facultativo, ratificada pelo Decreto 186 de 9 de julho e 2008 e promulgada pelo Decreto 6.949 de 25 de agosto de 2009), que introduz novos conceitos a respeito do tema da deficiência, alterando significativamente o que até então se conhecia. Ademais, trata-se do primeiro tratado internacional incorporado segundo o rito do §3º do art. 5º da Constituição, sendo equivalente a uma norma constitucional (formal e materialmente).

Dessa forma o referido tratado, ao ser incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro, altera a legislação vigente a respeito da deficiência, não podendo passar despercebido pelo operador do direito, uma vez que está ligado à garantia de direitos fundamentais, principalmente quando se presta a conferir ao indivíduo o mínimo existencial, como no caso do benefício de prestação continuada (BPC).

Portanto, o foco do presente trabalho será estudar a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, seus impactos na legislação brasileira (especificamente na Lei Orgânica da Assistência Social), bem como a sua aplicação pelo Tribunal Regional Federal da Quarta Região (TRF 4), mediante o controle de convencionalidade, mecanismo ainda recente e quase desconhecido pelos operadores do direito, que consiste em meio judicial de declaração de invalidade de leis incompatíveis com tais tratados, tanto por via de exceção (controle difuso ou concreto), quanto por via de ação direta (controle concentrado ou abstrato) e, assim, adaptar ou conformar atos ou leis internas aos compromissos internacionais assumidos pelo Estado (MAZUOLLI, 2013, p. 36).

Assim, para se atingir o objetivo de verificar como ocorre o controle de convencionalidade relativo ao tratado mencionado, o trabalho utilizará o método do estudo de casos, que pode ser entendido, segundo Denzin e Lincol (2001, apud BENEGAS e SILVA, 2010, p. 18) como uma “descrição complexa e holística da realidade, que envolve um grande conjunto de dados obtidos basicamente por observação pessoal”. Logo, no estudo de casos o

ponto de partida é um conjunto de fenômenos e o objeto de investigação é construído a partir da interação entre conceitos e dados (ABREU; 2010, p. 29).

Para tanto, este estudo será dividido da seguinte forma: Primeiramente será apresentado o tema do controle de convencionalidade e da hierarquia normativa dos tratados internacionais (antes e depois da emenda constitucional 45 de 2004) no ordenamento jurídico brasileiro.

Em seguida, se analisará a Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, abarcando seus principais conceitos e inovações, principalmente a maneira como ela afeta o direito brasileiro, especificamente a Lei Orgânica da Assistência Social, que regulamenta o benefício de prestação continuada.

Finalmente, por meio do estudo de casos, será analisada a jurisprudência do Tribunal produzida no período de 2010 a 2017 (totalizando 716 decisões), a fim de verificar como a corte aplicou a Convenção e se de fato realizou o controle de convencionalidade.

## **1. BREVE PANORAMA A RESPEITO DA HIERARQUIA NORMATIVA DOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS**

Antes de entrarmos no tema do controle de convencionalidade propriamente dito, é necessário primeiramente investigar a hierarquia normativa dos tratados internacionais e os efeitos que geram no ordenamento jurídico pátrio, especificamente aqueles que versam sobre direitos humanos.

No ordenamento jurídico brasileiro, a constituição de 1988 que celebra a redemocratização do país e proteção aos direitos humanos, incluiu no rol de direitos e garantias fundamentais aqueles provenientes dos tratados internacionais (art. 5º, §2º).

§ 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

Além disso, a carta magna confere a esses tratados de direitos humanos aplicabilidade imediata, por força do §1º do mesmo artigo.

Porém, a Constituição não diz expressamente qual a posição hierárquica desses diplomas, fazendo surgir grande divergência doutrinária e jurisprudencial sobre o assunto. Dessa forma, a doutrina dividiu-se por muito tempo entre quem defendia a hierarquia constitucional dos diplomas internacionais e entre aqueles que acreditavam que seriam equiparáveis às leis ordinárias.

É sabido que a incorporação dos tratados internacionais na ordem jurídica interna dos estados e suas respectivas hierarquias são um tema antigo de discussão pelo direito internacional público e constitucional. Assim, existem duas perspectivas que guiam a controvérsia, são elas: a perspectiva dualista (ou pluralista) e a perspectiva monista.

A teoria dualista prega que o Direito Internacional rege as relações entre os Estados, obrigando-os apenas internacionalmente. De acordo com a perspectiva dualista, o direito internacional e o direito interno seriam ordenamentos separados e distintos, que não se interpenetram, embora sejam igualmente válidos (MAZZUOLI, 2011, p.75) Logo, uma vez que não há interação entre esses diplomas, não poderá existir antinomia entre eles. Além disso, quando um Estado assina um compromisso internacional, estaria apenas reconhecendo esse diploma como fonte de direito internacional (MAZZUOLI, 2011, p. 76).

Assim, uma vez que seriam dois campos totalmente distintos e separados, geram obrigações ao indivíduo apenas quando as normas do tratado fossem transformadas em direito interno (ACCIOLY, 2012 p. 221), ou seja, materializadas (recepcionadas) por meio de uma lei ou emenda constitucional, inexistindo efeitos automáticos quando da adoção do tratado (MAZZUOLI, 2011, p. 77). Logo, para a teoria dualista, há a primazia do direito interno em relação ao direito internacional.

Kelsen (1998 *apud* Chaves e Souza, 2016, p. 106), afirma que essa teoria é insustentável, uma vez dois ordenamentos jurídicos distintos “poderiam ser válidos e não contraditórios entre si”.

Já a segunda corrente, teoria monista, defende que “uma vez praticados os atos que acarretam a vinculação do Estado a um sistema normativo de Direito Internacional Público, as normas e atos dele decorrentes se integram na ordem jurídica interna com feição própria e distinta daquela peculiar às normas e atos internacionais” (DALLARI, 2005, p. 84).

Ao contrário da teoria dualista, a teoria monista parte da unidade dos ordenamentos jurídicos nacionais e internacionais, assim, as normas do direito internacional não necessitariam de uma transformação ou recepção para surtirem efeitos na ordem jurídica interna (MAZZUOLI, 2011, p. 77), uma vez que o direito internacional pode ser concebido como um sistema que abarca o direito interno, constituindo um todo harmônico (MAZZUOLI, 2011, p. 82).

Essa teoria ainda possui duas subdivisões, no que diz respeito a qual norma deve prevalecer em caso de dúvidas. Logo, temos o monismo com prevalência do direito interno e monismo com prevalência do direito internacional.

Segundo Mirtô Fraga (1997), entre os principais expoentes da teoria monista da primazia do direito internacional, encontram-se os autores da Escola de Viena, principalmente Kelsen. Esse autor, que estabeleceu no topo da pirâmide de normas uma norma hipotética fundamental, posteriormente passou a considerá-la como sendo a norma de direito internacional. Esse ramo da teoria monista é concebido como “primado da ordem jurídica internacional” (Kelsen, 1998, *apud* Chaves e Souza, 2016, p. 106). Assim, o direito internacional seria hierarquicamente superior ao direito interno, prevalecendo em caso de contradição (MAZZUOLI, 2011, p. 86).

Já para a teoria monista com primazia do direito interno, a adoção das normas de direito internacional seria uma faculdade do estado soberano, assim, essa teoria aceita a interação entre as normas de ambos os ordenamentos jurídicos, porém apenas na medida em

que o estado soberano reconhece a obrigatoriedade do compromisso contraído (MAZZUOLI, 2011, p. 83)

Em relação ao cenário brasileiro, Accioly (2012) defende que os tribunais brasileiros criaram variações dessas teorias e, então, elas não foram aplicadas na sua forma original. Assim, podemos citar quatro variações dessas correntes: dualismo radical e moderado e monismo radical e moderado. O dualismo radical defende a necessidade da edição de uma lei distinta do tratado para que seja incorporado ao ordenamento jurídico pátrio. Já o dualismo moderado dispensa uma nova lei, mas exige um ato complexo de aprovação pelo Congresso Nacional. O monismo radical defende a primazia do tratado internacional sobre a lei interna. No sentido contrário, o monismo moderado equipara o tratado à lei ordinária.

Segundo o autor, toda essa discussão sobre a relação entre o direito internacional e interno remete dois momentos diferentes. O primeiro momento se trata da incorporação desses diplomas e o segundo sobre a hierarquia que terão depois de internalizados. Uma vez que o direito brasileiro exige a incorporação dos tratados para que tenham efeito na ordem jurídica interna, é sinal de nesse aspecto adota a teoria dualista moderada.

Já em relação à hierarquia dos tratados, adotou a teoria do monismo moderado quando do julgamento do RE 80.004, equiparando-os às leis ordinárias. Todavia, houve uma mudança de orientação, quando do julgamento do RE 446.343-1 SP, em que se firmou o entendimento de sua natureza supralegal.

Todavia, a hierarquia que parece mais acertada e que será defendida por esse trabalho é a da natureza constitucional dos tratados internacionais, em decorrência da § 2º do art. 5º da Constituição.

De acordo com essa perspectiva, os direitos fundamentais estabelecidos na carta magna podem ser classificados em três categorias, conforme leciona Piovesan (2013): direitos expressos na Constituição; direitos implícitos pelos princípios e regime por ela adotados e direitos expressos nos tratados internacionais dos quais o Brasil é parte.

Ainda, em se tratando da colisão entra a norma de direito internacional e de direito interno, a melhor forma de resolução de controvérsias se encontra na aplicação da norma mais favorável à vítima, também conhecido como princípio pro homine, reconhecido pela Corte Interamericana pela primeira vez em 1985, no parecer relativo ao caso da Associação Obrigatória de Jornalistas. Assim, esse princípio tem por finalidade evitar conflitos entre o direito interno e internacional, bem como conferir maior coordenação vertical e horizontal entre esses instrumentos. Logo, quando existir conflito entre o direito interno e os tratados de

direitos humanos, deve-se observar e aplicar aquele possui o maior grau de eficácia de proteção ao homem, independentemente da origem dessa norma (TRINDADE, 1996, p. 21).

No mesmo sentido leciona Humberto Nogueira Alcalá (2012, p. 149), ao afirmar que “especificamente no âmbito dos direitos humanos ou fundamentais sempre deve se aplicar o princípio ‘pro o homine’ ou ‘favor persona’, que leva a interpretar e aplicar a norma que melhor favorece os direitos da pessoa ou menos os limita ou restringe”.

Feitas algumas considerações introdutórias sobre a relação do direito interno e internacional, passaremos a analisar a questão da hierarquia dos tratados antes de depois da emenda 45 de 2004.

## **1.2 HIERARQUIA DOS TRATADOS ANTES DA EC 45/2004**

São vários os entendimentos a respeito da hierarquia dos tratados internacionais incorporados anteriormente à reforma de 2004. Entre eles, podemos destacar: equiparação à lei ordinária; carácter constitucional; supralegal (porém infraconstitucional) e supraconstitucional.

## **1.3 HIERARQUIA INFRACONSTITUCIONAL**

Inicialmente, a suprema corte entendia pela superioridade das normas provenientes dos tratados em relação à Constituição (FIGUEIREDO, 2007). Entretanto, tal entendimento se alterou a partir do julgamento do RE 80.004/SE, em 1977, que versava sobre o conflito entre Lei Uniforme de Genebra sobre letras de câmbio e notas promissórias e o Decreto 427/1969. Nesse caso, a corte entendeu pela possibilidade de conflito entre esses dois diplomas legais, que deveriam ser resolvidos pela aplicação do critério cronológico, equiparando o tratado à lei ordinária.

Posteriormente, o tema voltou a ser discutido nos casos de prisão civil por dívida do depositário infiel, como no HC 71.131/RJ.

A prisão do depositário infiel era permitida pela Constituição, porém vedada pelo Pacto de San José da Costa Rica.

Todavia, ao discutir o assunto, mais uma vez o STF entendeu pela equiparação da norma proveniente do tratado internacional à lei ordinária.

Assim, em ambos os casos, ao decidir pela prevalência das normas internas em detrimento dos tratados, acabou violando o art. 27 da Convenção de Viena, que estabelece que os Estados não poderão invocar normas oriundas do direito interno para deixar de cumprir o diploma internacional.

Doutrinariamente, dentre os argumentos utilizados pelos que defendem a hierarquia infraconstitucional dos tratados internacionais, Patrícia Figueiredo (2007) reúne três principais pontos.

O primeiro deles seria a equiparação realizada pelo art. 102, III, “b” da Constituição, que, ao tratar da competência recursal do STF, equipara os tratados internacionais às leis federais. Além disso, o art. 105, III, “a” da carta magna, ao estabelecer a competência do STJ, também faz a mesma equiparação.

O segundo argumento é de que o §2º do art. 5º embora reconheça os direitos oriundos dos tratados, não diz expressamente qual o seu valor normativo. Assim, uma vez que o dispositivo não diz qual a hierarquia dos tratados (se constitucional, supralegal, entre outras), só poderiam ser equiparados à lei ordinária. Logo, parte-se de uma interpretação literal do dispositivo, que não pode ser aceita.

Já o terceiro ponto levantado pela autora diz respeito ao quórum de aprovação desses tratados, que foram aprovados por maioria simples, tais quais as leis ordinárias. Assim, uma vez aprovados pelo rito de uma norma ordinária, não poderiam gozar de hierarquia constitucional.

Ante o exposto, verifica-se que esse entendimento é o que mais facilita a violação e descumprimento dos tratados, pois, segundo Marinoni “conferir aos tratados internacionais de direitos humanos o status de direito ordinário não só legitima o Estado signatário a descumprir unilateralmente acordo internacional, como ainda afronta a ideia de Estado Constitucional Cooperativo e inviabiliza a tutela dos direitos humanos em nível supranacional” (2013, p. 59).

#### **1.4 HIERARQUIA SUPRACONSTITUCIONAL**

Como referido anteriormente, esse era o entendimento do Supremo Tribunal Federal até 1977.

Segundo essa corrente, no caso de conflito entre a norma interna e o tratado internacional, prevalece o segundo, uma vez que depois de assumir uma obrigação no plano internacional, só poderia deixar de cumpri-la em caso de denúncia do tratado. Assim, não é facultado ao estado revogá-lo unilateralmente (PETERS, 2007).

Entre os grandes expoentes dessa corrente estão Celso Albuquerque de Mello, Antônio Augusto Cançado Trindade, Calmon de Passos, Augustín Gordillo, André Gonçalves Pereira e Fausto de Quadros (FIGUEIREDO, 2007; PETERS; 2007).

Ademais, Accioly (1998, apud FONSECA, p. 254), ao defender a hierarquia supraconstitucional dos tratados, afirma que o Direito Internacional é oriundo de um princípio superior à vontade dos estados, atuando como um limitador do seu poder.

Porém, essa concepção da hierarquia supraconstitucional dos tratados é de difícil aplicação, visto que o nosso sistema é fundamentado pela supremacia formal e material da Constituição (FONSECA, 2012, p. 254).

## **1.5 HIERARQUIA CONSTITUCIONAL**

A hierarquia constitucional, defendida principalmente por Flávia Piovesan e Cançado Trindade, se fundamenta principalmente no fato do parágrafo segundo do artigo quinto apresentar uma cláusula aberta, pela natureza da matéria versada nestes diplomas (proteção de direitos humanos) e, além disso, em uma interpretação sistemática e teleológica da norma constitucional.

Todavia, o carácter constitucional se aplicaria apenas para os tratados de direitos humanos. Portanto, os demais tratados que não versem sobre o assunto continuariam com status de lei ordinária, conforme leciona Piovesan (2013, p.124):

Esses argumentos sustentam a conclusão de que o direito brasileiro faz opção por um sistema misto disciplinador dos tratados, sistema que se caracteriza por combinar regimes jurídicos diferenciados: um regime aplicável aos tratados de direitos humanos e outro aplicável aos tratados tradicionais. Enquanto os tratados internacionais de proteção dos direitos humanos — por força do art. 5º, § 2º — apresentam hierarquia constitucional, os demais tratados internacionais apresentam hierarquia infraconstitucional.

Ademais, ao conferir status de norma constitucional aos tratados que versam sobre direitos humanos, eles estariam protegidos pelo art. 60, § 4º da Constituição, pois seriam cláusulas pétreas.



## **1.6 HIERARQUIA SUPRALEGAL**

Esse posicionamento defende que os tratados sobre direitos humanos são infraconstitucionais, devido à supremacia da Constituição. Todavia, em razão da matéria que tratam, não podem ser equiparados à lei ordinária, encontrando-se acima delas. Esse entendimento foi manifestado no voto do Ministro Sepúlveda Pertence, no julgamento do recurso HC n. 79785- RJ (GUERRA; EMERIQUE, 2008, p. 11) e também no voto do Ministro Gilmar Mendes, no julgamento do recurso extraordinário 466.343-1/SP, em que novamente se discutiu a prisão civil do depositário infiel (FONSECA; 2012, p. 255).

## **1.7 REFORMA INTRODUZIDA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL 45/2004**

A hierarquia dos tratados no Direito Brasileiro ganhou novos contornos após a promulgação da Emenda Constitucional 45 de 2004, que adicionou o parágrafo terceiro ao art. 5º da CR/88, concedendo a eles equivalência de emenda constitucional, quando aprovados por três quintos dos votos dos respectivos membros de cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos de votação. Assim, as normas derivadas dos tratados de direitos humanos, que já eram materialmente constitucionais, passam a ser também formalmente constitucionais, servindo como paradigma para o controle de convencionalidade (MAZZUOLI, 2011)

Todavia, para alguns autores, essa inovação trouxe mais dúvidas a respeito da hierarquia dos tratados.

Assim, questiona-se qual seria a hierarquia dos tratados de direitos humanos caso não fossem aprovados pelo novo rito. Seriam eles compatíveis com a legislação ordinária, ou supralegais, mesmo tratando de direitos humanos? E, ainda, como ficaria a situação daqueles que foram aprovados antes da emenda, cujo procedimento mais gravoso ainda não era previsto? Parece que o entendimento mais acertado, nesses casos, seria o de realizar uma interpretação conjunta dos §2º e 3º do art. 5º da CR/88, a fim de considerar todos os tratados de direitos humanos material e formalmente constitucionais. Logo, seria a hierarquia dos

valores que condicionariam a hierarquia das formas, e não o contrário (PETERS, 2007, p.230).

Contudo, esse posicionamento não é unânime, uma vez alguns doutrinadores questionam a diferença dos ritos de incorporação, como faz Sarlet (2011, p. 91):

Em primeiro lugar, convém destacar que é pelo menos questionável - por mais sedutora que seja tal tese - que, por força da EC 45, todos os tratados em matéria de direitos humanos já incorporados ao sistema jurídico brasileiro (...) possam ser considerados como equivalentes às emendas constitucionais, já que não há como aplicar neste caso o argumento da recepção quando se trata de procedimentos legislativos distintos.

Ademais, Calmon de Passos (2005, apud Signorini 2008, p. 196), entende que a inovação trazida pela emenda 45/2004 seria inconstitucional, visto que atentaria contra direitos e garantias fundamentais, que são cláusulas pétreas do ordenamento jurídico e também contra a prevalência dos direitos humanos nas relações internacionais. Outro ponto a se destacar é que ao se incluir o §3º ao texto constitucional, reforça-se a teoria dualista, uma vez que não se reconhece automaticamente a validade desses documentos no direito brasileiro (ANNONI, 2006, p. 33).

Traçado um breve panorama sobre a hierarquia dos tratados, passaremos agora à análise do controle de convencionalidade.

## **2.0 INTERNACIONALIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS**

A proteção dos direitos humanos cresceu significativamente após a segunda guerra mundial, a fim de impedir violações aos direitos como as perpetradas pelos regimes nazistas e fascistas. Nesse contexto é criada a Organização das Nações Unidas (1948) e a Declaração Universal Dos Direitos Humanos também em 1948, cujos preceitos norteadores são a universalidade e indivisibilidade dos direitos humanos. Assim, inicia-se o delineamento de um sistema internacional de direitos humanos, com a crescente internacionalização desses direitos por meio de tratados internacionais, como por exemplo, o Pacto Internacional de direitos Cíveis e Políticos; Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; Convenção sobre a eliminação da discriminação racial; Convenção sobre a eliminação contra a discriminação da mulher; Convenção sobre os direitos da criança, Conselhos de direitos

humanos da ONU, entre outros. Além do sistema global de direitos humanos, também surgiram sistemas regionais de proteção (americano, europeu, africano), que atuam de maneira complementar ao sistema global, promovendo, dessa forma, uma “proteção multinível” dos direitos humanos (ALVES; NETO, 2017; PIOVESAN, 2003).

O sistema interamericano de direitos humanos tem sua origem em 1948, por iniciativa da OEA, quando aprovada a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem. Após, em 1959 foi criada a Comissão Americana de Direitos Humanos, que detém a função de analisar as reclamações contra os Estados partes. Em 1978 foi aprovado o documento mais emblemático desse sistema: A Convenção Americana de Direitos Humanos, ou Pacto San José da Costa Rica. Finalmente, em 1979, foi criada a Corte Interamericana de Direitos Humanos, que detém a competência contenciosa e também consultiva (ALVES; NETO, 2017; PIOVESAN, 2003).

O tema de análise do presente estudo, o controle de convencionalidade, foi e continua sendo muito discutido pela Corte Interamericana, cujo trabalho auxiliou para elucidar o conceito, como será demonstrado no ponto a seguir.

## **2.1 CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE**

O controle de convencionalidade pode ser entendido como mecanismo para se realizar “a compatibilidade vertical do direito doméstico com os tratados de direitos humanos em vigor no país”. Portanto, se uma norma infraconstitucional estiver em contradição com o tratado de direitos humanos, deixará de ser válida, embora ainda vigente (MAZZUOLI, 2011).

A primeira utilização do termo ocorreu em 1975, pelo Conselho Constitucional Francês, na decisão 74-54 DC, que versava sobre o conflito entre uma lei que tratava da interrupção da gestação e o direito à vida garantida pela Convenção Europeia de Direitos do Homem. Nessa ocasião, o tribunal reconheceu a existência de outro modo de controle normativo distinto do controle de constitucionalidade: o controle de convencionalidade. Ainda, os principais fatores que contribuíram para nascimento desse mecanismo são a força do constitucionalismo, responsável por delegar legitimidade aos diplomas internacionais e o

reconhecimento da insuficiência dos métodos tradicionais de resolução de antinomias (CHAVES; SOUZA, 2017, p. 90)

Dentre os princípios que informam o controle de convencionalidade, podemos citar os princípios da *pacta sunt servanda*, boa-fé, e livre manifestação da vontade, os mesmos já consagrados pela Convenção de Viena de 1969.

Embora o nascimento do controle de convencionalidade tenha ocorrido em âmbito europeu, foi no contexto americano que ele se desenvolveu, no âmbito do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH).

A Corte Interamericana De Direitos Humanos já se posicionou diversas vezes sobre o assunto, reconhecendo a insuficiência do já conhecido controle de constitucionalidade. Dessa forma, consolidou o entendimento de que não basta que o Estado submeta suas leis à compatibilização com a sua Constituição, mas também com os tratados internacionais dos quais é signatário.

Entre os casos paradigmáticos analisados pela Corte, podemos citar:

- **Caso Myrna Mack Chang V.s. Guatemala (2003)**, quando pela primeira vez a corte utilizou o termo “controle de convencionalidade”, expresso no voto do juiz Sérgio García Ramírez (GARCÍA, 2016, p. 63).
- **Caso Almonacid Arellano et al. V.s. Chile (2006)**, em que a corte entendeu que os juízes nacionais podem e devem exercer o controle de convencionalidade previamente, sendo a jurisdição da corte subsidiária. Assim, é necessário o esgotamento das vias administrativas nacionais antes de se chegar à corte interamericana. Além disso, consolidou-se o entendimento de que a simples edição de uma lei contrária à Convenção Interamericana trata-se de uma violação diploma internacional, mesmo que não seja aplicada em um caso concreto. Assim, cabe juiz nacional deixar de aplicar uma lei manifestamente não convencional (CANTOR, 2008, p. 260)
- **Caso Trabajadores Cesados del Congreso v.s. Perú (2006)**, no qual a corte entendeu que os juízes nacionais podem realizar o controle de convencionalidade *ex officio* (GARCÍA, 2016, p. 66)

- **Caso Gomes Lund vs. Brasil (2010)**, em que se discutia a Lei brasileira de Anistia (6.683/79), culminando na condenação do Brasil a tomar as medidas necessárias para que a lei em questão não impedisse persecução penal dos crimes ocorridos durante a ditadura militar (episódio da Guerrilha do Araguaia). Porém o país não cumpriu as recomendações da corte (ALVES; NETO, 2016).

Vale ressaltar que o mecanismo não se restringe ao controle das leis simplesmente, mas dos atos administrativos e resoluções judiciais também, ou seja, independe do carácter na norma, de acordo com Hitters (2009, p.120):

Tal cual hemos visto, una consecuencia de la violación de las disposiciones supranacionales es la necesidad de ‘adecuar’ o, lo que es lo mismo, ‘amoldar’ o ‘adaptar’, las reglas del derecho interno a los Tratados. Esto implica que si los preceptos domésticos –sean legislativos o de cualquier otro carácter (...) Vale la pena reiterar, entonces, que el control de convencionalidad tiene que hacerse a través de una ‘comparación’ –que deben cumplir los judicantes del país– entre las reglas internas de esencia legislativa, administrativa o de cualquier otro carácter.

Todavia, o controle de convencionalidade ainda é um instrumento muito recente e pouco utilizado pelos operadores do direito, que até mesmo chegam a desconhecer sua existência, revelando a ausência do diálogo entre as jurisdições internacionais e nacionais.

Embora possam existir dúvidas quanto à utilização do termo “controle de convencionalidade”, autores como Mazzuoli (2011), Alves e Leal (2017) defendem o uso dessa expressão específica, pois por mais que no ordenamento brasileiro os tratados tenham status de normas constitucionais (material e formalmente apenas no caso da Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência), a expressão controle de constitucionalidade não seria a mais adequada ao caso, visto que os tratados não fazem parte do texto da Constituição em sentido estrito.

Ainda referente à questão terminológica, autores como Walter Carnota (2011, p. 64) diferenciam o termo “controle de convencionalidade” de “controle de compatibilidade”, em que o primeiro impõe ao estado uma sanção internacional em caso de descumprimento de suas obrigações, enquanto o segundo seria apenas o exercício de mera compatibilidade entre o direito interno e internacional, sem gerar responsabilização estatal.

## 2.2 MODOS DE EXERCÍCIO

Quanto aos modos de exercício do controle de convencionalidade, ele pode ocorrer das seguintes formas: externa (pelas cortes internacionais, que interpretam os tratados) e interna.

O controle externo realizado pelas cortes internacionais se dá por meio da análise de casos concretos submetidos à sua apreciação (ALVES; NETO, 2016).

Como já mencionado na decisão do caso *Almonacid Arellano et al. v.s. Chile* de 2006, a corte firmou entendimento de que o controle de convencionalidade por ela realizado tem carácter subsidiário ao controle realizado pelos juízes nacionais, sendo necessários o esgotamento das vias internas antes de chegar a corte interamericana.

Já o controle interno, impõe ao Estado (magistrados e outras autoridades públicas) o dever de verificar a adequação de suas normas à CADH ou outros tratados de direitos humanos, bem como estar atento à interpretação que a Corte confere a esses diplomas. Logo, os juízes nacionais podem ser considerados “guardiões da convencionalidade das leis” (FERRER MAC-GREGOR, 2011, p. 28).

Ainda na perspectiva interna, pode se dar de maneira preventiva (atividades do legislativo e executivo) e também repressiva, como já mencionado, na qual predomina a figura do poder judiciário. Nessa última modalidade, o controle pode se dar por via concentrada (perante o STF, quando da apreciação das ações diretas de inconstitucionalidade ou das ações declaratórias de constitucionalidade) ou por via difusa, pelos demais tribunais (ALVES; LEAL, 2017, p. 114).

Mazzuoli (2013, p. 38), ao comparar os níveis hierárquicos dos tratados, afirma que aqueles que detentores de nível constitucional serão paradigma de controle difuso de convencionalidade, apenas. Já aqueles que possuem equivalência de emenda constitucional, serão paradigma tanto de controle difuso quanto de controle concentrado de convencionalidade. Já os tratados comuns, apenas serão alvo de controle de suprallegalidade.

A corte interamericana já se manifestou diversas vezes sobre os encarregados de realizar esse controle interno, cujas principais decisões podem ser assim sintetizadas (BAZÁN; 2012, p. 10):

- O já mencionado caso *Almonacid Arellano vs. Chile*, no qual a corte incumbe *ao poder judiciário* o exercício do controle de convencionalidade;

- O caso Trabajadores Cesados del Congreso vs. Perú, em que ela delega essa competência para os *órgãos do poder judiciário*;
- O caso Cabrera García y Montiel Flores vs. México, em que essa tarefa foi *atribuída a todos os juízes e órgãos da administración da justiça*.
- Por fim, o caso Gelman vs. Uruguai, em que a corte entendeu ser possível realizar o mecanismo *por toda autoridad pública*.

Porém, esse último entendimento (sobre qualquer autoridade ser capaz de realizar o controle de convencionalidade) é passível de críticas, visto que se trata de expressão muito vaga e genérica, que pode dificultar ainda mais a efetivação do instituto (BAZÁN, 2012).

### 2.3 DIPLOMAS PASSÍVEIS DO CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE

Outro ponto relevante e não pacificado sobre o tema é a respeito de quais tratados que são paradigma do controle de convencionalidade.

Alguns autores, como Valério Mazzuoli (2011), defendem que todos os tratados de direitos humanos são passíveis de controle de convencionalidade (e os demais tratados comuns sujeitos ao controle de suprallegalidade). Por outro lado, Chehab e Lopes (2016, p. 88) entendem que somente seria possível falar em controle de convencionalidade se for relativo à Convenção Americana de Direitos Humanos, visto o Brasil reconhece competência contenciosa apenas à Corte Interamericana.

Todavia, esse segundo posicionamento não deve prosperar, visto que a própria corte reconheceu a possibilidade de controle aos tratados distintos da CADH, como aponta Hernán Alejandro Olano García (2016, p. 74):

Pero, cabe indicar, que la misma CIDH amplió la aplicabilidad de la expresión control de convencionalidad a todos aquellos documentos que forman parte del corpus iuris interamericano y convencional, dentro del cual también están incluidos no sólo su esencia, que es la CADH-Pacto de San José, sino también, entre otros, la Declaración Americana de Derechos y Deberes del Hombre y otros actos internacionales de la misma naturaleza (art. 29 letra d) CADH). El juez constitucional ha sido enfático en exigir que estas normas convencionales deben reconocer un derecho humano, con lo cual, estaríamos ante un elenco bastante

generoso de tratados internacionales, de carácter universal o regional, que sirve como parámetro de interpretación de la normatividad interna

No mesmo sentido leciona Juan Carlos Hitters (2009, p. 120):

(...) En esto aspecto cabe repetir, que cuando hablamos de estas últimas no nos referimos sólo al Pacto de San José, sino a otros Tratados Internacionales ratificados por Argentina, al ius cogens y la jurisprudencia de la Corte IDH.

Ferrer MacGregor (2011, p. 29), também no mesmo sentido, defende a existência de um “bloco de convencionalidade”, ou seja, deve-se estender o corpus iuris interamericano para incluir também os protocolos adicionais dos tratados, a interpretação dada pela Corte interamericana demais instrumentos internacionais.

Assim, nada impede que outros tratados que não a CADH sejam alvo do controle de convencionalidade, tais como as convenções da OIT, cujo controle de convencionalidade vem sendo analisado de forma expressiva pelo Tribunal Superior do Trabalho, bem como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, principal objeto de estudo deste ensaio.

Por fim, como leciona Bazán (2012, p. 11) o sucesso na implementação do controle de convencionalidade depende de alguns fatores essenciais, como o “grau de receptividade dessas teses no direito interno, no trabalho dos operadores do direito e na vontade política dos Estados”.

Logo, realizadas essas observações a respeito do controle de convencionalidade, passaremos ao estudo da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, analisando a sua criação, desenvolvimento, finalidades e incorporação pelo ordenamento jurídico brasileiro.

### **3.0 - CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

A finalidade deste capítulo é analisar as principais inovações oriundas da Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência para entender como afetam a legislação pátria referente ao tema, uma vez que esse diploma foi o primeiro a ser incorporado pelo rito do art.



3º do art. 5º da Constituição e, assim, tem força constitucional para revogar aquilo que for contrário a ele. Para tanto, também serão analisadas as principais legislações brasileiras que tratam sobre a deficiência e seus conceitos.

### 3.1 A CONDIÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Estima-se que no mundo existam cerca de um bilhão de pessoas com algum tipo de deficiência, segundo dados da ONU<sup>1</sup>, representado uma em cada sete pessoas da população mundial. No cenário brasileiro existem um total de 45 milhões de pessoas que declaram ter algum tipo de deficiência, o que significa em torno de 23,9% da população do país, segundo dados do último censo de 2010 do IBGE<sup>2</sup>.

Ao longo da história as pessoas com deficiência foram colocadas à margem da sociedade, sofrendo inúmeras restrições de direitos, inclusive o direito à vida e cidadania. Podemos verificar, ao estudar a condição da pessoa com deficiência, cinco fases paradigmáticas: eliminação, assistencialismo e isolamento, integração, inclusão e, com a chegada da Convenção, inaugura-se a fase da emancipação.

A primeira delas remonta aos povos antigos, que tinham o costume de tirar a vida das crianças que apresentassem algum tipo de deficiência ao nascer, como forma de eugenia. Tal prática tinha fundamento legal, visto que o direito romano permitia ao pater família sacrificar o filho nascido “monstruoso”. Em Esparta, pensava-se que os recém-nascidos considerados frágeis não serviriam para exercer a função de soldado e, assim, eram lançados do alto do abismo Taigeto. Logo, nesse primeiro momento, a pessoa com deficiência era relegada ao mesmo patamar de um objeto, apenas (FONSECA, 2013, p. 3).

Após, durante o período medieval, fortemente influenciado pela religião cristã, o nascimento de uma criança com deficiência era atribuído a algum ato de pecado cometido

---

<sup>1</sup> A ONU e as pessoas com deficiência. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/pessoas-com-deficiencia/>> Acesso em 27 de out de 2017.

<sup>2</sup> BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contagem Populacional. Disponível em: [https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas\\_religio\\_deficiencia/default\\_caracteristicas\\_religio\\_deficiencia.shtm](https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_religio_deficiencia/default_caracteristicas_religio_deficiencia.shtm) Acesso em 27 de out de 2017.

pelos pais e a única forma de redenção se dava pela penitência religiosa. Então, inicia-se a fase de transição ao paradigma assistencialista e de isolamento desses indivíduos da vida em sociedade, principalmente por meio da igreja católica que matinha instituições de caridade (FONSECA, 2013, p. 3). Todavia, mesmo nesse período o horror a pessoa com deficiência ainda persistia, sendo elas diversas vezes acusadas de práticas como bruxaria e magia negra ou culpadas por pragas e males sociais. Até mesmo Lutero, fundador do protestantismo, incentivava a dizimação dessa população (LOPES, 2007, *apud* Feijó e Pinheiro, s.d, p. 5).

Álvaro Cruz (2009, *apud* Feijó e Pinheiro, s.d, p. 4) defende que embora o paradigma assistencialista tenha trazido alguns avanços no tratamento das pessoas com deficiência, também teve consequências muito negativas, tal como a ideia de que essa população deveria viver isolada ou confinada (ensejando a criação de hospícios, por exemplo), além de disseminar o pensamento de que essas pessoas padeciam de uma invalidez, uma vez que se exaltava a ideia de que a perfeição era o correto e, a deficiência, um castigo divino. No paradigma assistencialista, a pessoa com deficiência deixa a condição de objeto para ocupar o lugar de dependente.

Foi a partir da revolução industrial que a qualidade de vida dessas pessoas começou a mudar, visto que o avanço tecnológico permitiu a criação de instrumentos capazes de auxiliá-los, como a escrita em braile, a língua de sinais, muletas, cadeiras de rodas, entre outros (FONSECA, 2013, p. 3). Assim, começa a surgir o paradigma da integração, que não pretende mais expor ou mutilar o corpo humano, e sim adestrá-lo ou recuperá-lo. Todavia, nesse conceito ainda repousa a ideia de que cabe exclusivamente à pessoa com deficiência a busca pela sua cura e adaptação social (FEIJÓ; PINHEIRO, s.d, p. 6).

Assim, o movimento pela efetiva inclusão dessas pessoas se deu apenas no século XX, como resultado das guerras que ocorreram nesse período, deixando inúmeras pessoas feridas e, conseqüentemente, com algum tipo de deficiência. Os princípios norteadores desse paradigma são o reconhecimento da igualdade entre os seres humanos, apesar de todas as diferenças que cada pessoa possa apresentar (SASSAKI, 2010, *apud* FEIJÓ, PINHEIRO, s.d, p. 7)

Então, se iniciaram medidas de acolhimento dessa população, como a adoção de cotas no mercado de trabalho. Atualmente, entende-se que o paradigma da inclusão já não é mais suficiente, uma vez que estamos diante de uma luta pela emancipação dessas pessoas e o reconhecimento de sua autonomia (FONSECA, 2012, p. 51).

### 3.2 INOVAÇÕES E LUTA PELA EMANCIPAÇÃO

Nesse contexto de emancipação, em 2008 as pessoas com deficiência ganharam um novo instrumento de proteção aos seus direitos, mais inovador e eficaz. Trata-se da Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, idealizada pela Organização das Nações Unidas, adotada pela assembleia geral em 13 de dezembro de 2006, aberta para assinatura dos estados em 2007, cuja vigência se iniciou em maio de 2008. Segundo Amita Dhanda (2008) foi um diploma que teve rápido processo tramitação e implementação. Além disso, contou com a participação direta dos afetados.

Os trabalhos de elaboração do texto ocorrem por meio de um Comitê ad hoc, composto por 192 países, incluindo o Brasil, cuja participação se deu através da Coordenadoria de Direitos da Pessoa com Deficiência.

O Brasil adotou a Convenção em 9 de julho de 2008, por meio do Decreto Legislativo nº 186, sendo incorporado ao ordenamento jurídico pátrio através do procedimento previsto no § 3º do art. 5º da Constituição, ou seja, equivalente ao rito das emendas constitucionais. Assim, foi o primeiro tratado internacional formalmente incorporado pelo Brasil.

O Brasil ainda ratificou o protocolo facultativo da Convenção, que embora tenha sido criado simultaneamente a ela, apresenta propósito diferente. O protocolo permite que o cidadão que tenha sofrido alguma injustiça por parte do estado possa denunciá-lo. Nesse caso o Estado fornecerá um parecer relatando um caso, confidencialmente, que será investigado pelo comitê (MARTÍN, 2008, p. 536).

Esse tratado tem grande importância por adotar posições vanguardistas em diversos assuntos, mas principalmente por romper com a tradição assistencialista e paternalista dos diplomas anteriores<sup>3</sup>, a fim de conferir às pessoas com deficiência mais autonomia e

---

<sup>3</sup> Anteriormente à Convenção, outras normas internacionais foram editadas com o intuito de proteção às pessoas com deficiência, como por exemplo, as Normas Uniformes sobre Igualdade de Oportunidades para pessoas com Deficiência, o Programa Mundial de Ação e as declarações sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências Mentais, entre outros. Todavia, tais documentos, além de não possuírem força vinculante (soft law), foram muito criticados justamente por terem dispensado a participação das pessoas com deficiência na sua elaboração, ou seja, tratavam-se de diplomas voltados para um grupo específico da população, mas criado por pessoas não-deficientes, fato que culminava por inferiorizar os direitos do grupo em questão (DHANDA; 2008, p. 45). Ricardo Tadeu Marques da Fonseca (2013, p. 4) também enumera outros diplomas internacionais que trataram do tema da deficiência, como a Convenções 159 de 1983 da Organização Internacional do Trabalho, o Tratado

reconhecimento da capacidade para gerir suas próprias vidas, uma vez que muitas legislações acabam por suprimir esse direito. Nesse sentido lecionam Luiz Alberto David Araújo e Carlos Eduardo Pianovski Ruzyk (2017, p. 231):

Inegável que a regra do “tudo ou nada” foi proibida pela Convenção. Na prática, era comum decretar-se a interdição para todos os atos da vida civil. E, com isso, havia uma restrição completa ao exercício da cidadania da pessoa, mesmo que ela pudesse praticar determinados atos. Mesmo que a pessoa fosse qualificada como relativamente incapaz, a restrição não se vinculava às potencialidades da pessoa, mas, simplesmente, em um *status* definido abstratamente pela norma do artigo 4º do Código Civil.

Vejamos um exemplo bem singelo. Uma pessoa com limitações intelectuais pode, perfeitamente, ir à padaria, comprar pão, leite, fazer pequenas transações, sem qualquer necessidade de atuação de seu curador. Esse gesto, que pode parecer simples para muitos, pode representar um grande momento na vida dessa pessoa, entregando-lhe a responsabilidade desse ato, que colaborará para a sua inclusão social, dentro dos limites de sua capacidade e de sua segurança.

Em seus propósitos a Convenção preza pela promoção, proteção e asseguramento do exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos para todas as pessoas com deficiência, bem como o respeito pela sua dignidade (art. 1º da CSPD). Além disso, ela elenca no art. 3º os seus princípios, que são eles: o respeito pela dignidade e autonomia; a não discriminação; a plena e efetiva participação na sociedade; o respeito pela diferença; igualdade de oportunidades; acessibilidade; igualdade entre os gêneros e o respeito pelo desenvolvimento das crianças com deficiência.

Dessa forma, a Convenção foi regida pelo lema “nothing about us without us”, deixando para trás a condição de coadjuvantes antes conferida às pessoas com deficiência (FONSECA, 2012, p. 47)

O referido diploma é composto por um preâmbulo e cinquenta artigos, que abarcam todos os tipos de direitos: civis, políticos, sociais e econômicos. Vale ressaltar que a convenção não faz distinção entre esses direitos, uma vez que pretende reforçar sua indivisibilidade e interdependência (MARTÍN, 2008). Dessa forma, ela acaba criando direitos “híbridos”, que podem ser definidos como aqueles que possuem elementos ao mesmo tempo civis e políticos, sociais e econômicos. Porém, faz surgir a dúvida de como se realizará a sua interpretação e aplicação, ou seja, se seguirão a lógica dos direitos civis e políticos ou dos direitos sociais e econômicos (DHANDA, 2012, p. 55).

No mesmo sentido leciona Cristian Courtis (s.d, p. 76):

---

de Amsterdã de 1997 e a Convenção Interamericana para eliminação de todas as formas de discriminação contra pessoas portadoras de deficiência, de 1999, que, segundo o autor, foi a primeira a adotar um conceito social de deficiência.

La respuesta parece ser negativa, la Convención establece un listado de derechos que incluye el ejercicio de libertades, pero también el acceso a prestaciones y beneficios, y proyecta además sus consecuencias sobre la esfera privada, sin poner mayor énfasis en la distinción entre uno y otro tipo de derechos, y resaltando más bien las continuidades.

Galdeano e Pereira (2016; p. 174) afirmam que o tratado é regido por quatro “temas-chave”: igualdadade, autonomia, participação e solidariedade. Assim, entre os vários direitos elencados pela da convenção, podemos identificar a igualdadade nos preceitos de não-discriminação (art. 5º); no direito a vida (art. 10); nas situações de risco e emergências humanitárias (art. 11); na prevenção contra tortura ou tratamentos cruéis (art. 15) e na prevenção a exploração e abuso (art. 16). A autonomia, por sua vez, está prevista no reconhecimento da igualdadade perante a lei (art. 12), na proteção a integridade (art. 17), na liberdade de movimentação e nacionalidade (art. 18), na vida independente (art. 19) e respeito a privacidade (art. 22). Já a participação está consagrada pela acessibilidade, acesso à justiça, mobilidade, educação, saúde, trabalho e participação na vida pública. Por fim, a solidariedade se encontra nas disposições referentes a conscientização, respeito pelo lar e família, pela garantia de padrão de vida adequado e na participação na vida cultural.

Além disso, entre as principais inovações trazidas pela convenção encontra-se a redefinição do conceito de deficiência, que deixa de voltar sua atenção estritamente para o indivíduo e seu corpo, para visualizar a deficiência na própria sociedade, quando esta não propicia meios adequados para inclusão das pessoas.

Dessa forma, abandona-se o critério biomédico da deficiência para se adotar o conceito social de deficiência, que se originou nos Estados Unidos e na Inglaterra na década de setenta, decorrente da luta dos movimentos ativistas que lutavam por políticas antidiscriminatórias (Acunã, 2010, apud Feijó e Pinheiro, s.d, p. 14).

Sendo assim, a convenção estipulou um novo conceito de deficiência, conforme exposto no artigo 1º do texto:

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas

Ao analisarmos essa nova definição, verifica-se que a deficiência constitui apenas um atributo do indivíduo como qualquer outro (etnia, gênero, sexo). Assim o que realmente pesa como fator preponderante para a caracterização da incapacidade é a *interação* que esse indivíduo tem com a sociedade, ou seja, com as possíveis barreiras que podem dificultar a plena participação igualitária no meio social. Nesse sentido leciona Maia (2013, p. 3):

De fato, o núcleo da definição é a interação dos impedimentos que as pessoas têm com as diversas barreiras sociais, tendo como resultado a obstrução da sua participação plena e efetiva na sociedade, em condição de igualdade com as demais pessoas. A deficiência não é mais, assim, vista como algo intrínseco à pessoa, como pregavam as definições puramente médicas; a deficiência está na sociedade e não nas pessoas.

A convenção também reconhece a existência de minorias ainda mais vulneráveis entre o grupo das pessoas com deficiência, são eles as mulheres e as crianças, que devem receber tratamento específico, como disposto nos artigos 6º e 7º do tratado.

Outro ponto muito relevante que o referido diploma traz é a autonomia que confere as pessoas com deficiência, reconhecendo que são capazes juridicamente para gerir suas próprias vidas, devendo receber apoio quando necessário, conforme estabelecido pelo art. 12 do texto convencional. É sabido que muitos estados retiram essa capacidade principalmente dos indivíduos que apresentam deficiências intelectuais ou mentais, impedindo que decidam sobre questões contratuais ou matrimoniais, por exemplo. Assim, contrariando essa prática reiterada e reconhecendo o princípio da interdependência, a Convenção estabelece o paradigma da tomada de decisões com apoio, possibilitando que as pessoas com deficiência obtenham o auxílio necessário sem que sejam diminuídas ou menosprezadas (MARTÍN, 2008; DHANDA, 2012)

Um dos artigos mais importante da Convenção, que não pode passar despercebido, visto que tem direta relação com um dos objetos desse ensaio (benefício de prestação continuada) é o art. 28<sup>4</sup> do tratado, que dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência gozar

---

<sup>4</sup> 1. Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência a um padrão adequado de vida para si e para suas famílias, inclusive alimentação, vestuário e moradia adequados, bem como à melhoria contínua de suas condições de vida, e tomarão as providências necessárias para salvaguardar e promover a realização desse direito sem discriminação baseada na deficiência. 2. Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência à proteção social e ao exercício desse direito sem discriminação baseada na deficiência, e tomarão as medidas apropriadas para salvaguardar e promover a realização desse direito, tais como: a) Assegurar igual acesso de pessoas com deficiência a serviços de saneamento básico e assegurar o acesso aos serviços, dispositivos e outros atendimentos apropriados para as necessidades relacionadas com a deficiência; b)

de um padrão de vida digno, abarcando o direito à alimentação, vestuário, moradia adequados e saneamento básico, o direito de receberem auxílio financeiro do estado (nos casos de famílias que se encontrem em estado de vulnerabilidade social), bem como o direito à aposentadoria.

Enfim, nas palavras de Dhanda (2008, p. 45), a Convenção “introduziu o idioma da igualdade para conceder o mesmo e o diferente a pessoas com deficiência, reconheceu a autonomia com apoio para pessoas com deficiência e, sobretudo, tornou a deficiência uma parte da experiência humana”.

Ao incorporar o tratado internacional, que é norma vinculante, o Brasil adquire a obrigação de adotar medidas para fazer valer os preceitos da convenção, no âmbito do poder legislativo, executivo e, sobretudo do judiciário. A convenção elenca no seu art. 4º as obrigações que os estados assumem, são elas: adotar todas as medidas necessárias para coibir a discriminação contra as pessoas com deficiência (administrativas, legislativas ou de qualquer natureza), realizar e promover pesquisas que visem melhor a condição de vida dessa população, propiciar todas as informações necessárias sobre os seus direitos, propiciar a capacitação dos profissionais que trabalham com pessoas com deficiência.

Em se tratando da atuação do poder judiciário, tem ele o dever de conhecer e aplicar as disposições da convenção, realizando o já mencionado controle de convencionalidade. Assim, é indispensável que esse tratado e suas implicações no direito pátrio sejam conhecidas pelos operadores do direito, conforme lecionam Galdeano e Pereira (2016, p. 187):

Na esfera do poder judiciário, alguns obstáculos precisam ser superados, podendo-se citar: o desconhecimento da legislação internacional ou falta de uma melhor compreensão dessa legislação; o desconhecimento da jurisprudência internacional relativa aos direitos humanos; interpretações restritivas e ultrapassadas que privilegiam a legislação interna em detrimento das normas internacionais. Deve-se ressaltar que essas situações são preocupantes, pois a conduta do Poder Judiciário aqui, em certos casos, pode até mesmo restringir avanços legislativos no trato da questão.

---

Assegurar o acesso de pessoas com deficiência, particularmente mulheres, crianças e idosos com deficiência, a programas de proteção social e de redução da pobreza; c) Assegurar o acesso de pessoas com deficiência e suas famílias em situação de pobreza à assistência do Estado em relação a seus gastos ocasionados pela deficiência, inclusive treinamento adequado, aconselhamento, ajuda financeira e cuidados de repouso; d) Assegurar o acesso de pessoas com deficiência a programas habitacionais públicos; e) Assegurar igual acesso de pessoas com deficiência a programas e benefícios de aposentadoria.

É justamente essa questão levantada sobre a atuação do poder judiciário o foco da análise do presente trabalho, uma vez que a jurisprudência brasileira relativa ao tema da deficiência não se mostra totalmente compatível com a Convenção, ora insistindo em utilizar critérios já revogados pelo tratado, ora fundamentando a caracterização da deficiência estritamente pelo resultado técnico dos laudos periciais (ponto que também será trabalhado mais adiante), sem avaliar a real condição do indivíduo.

### **3.3- LEGISLAÇÃO BRASILEIRA RELATIVA À DEFICIÊNCIA: ALTERAÇÕES APÓS A INCORPORAÇÃO DA CISDPD**

A doutrina brasileira nunca foi uniforme a respeito da terminologia relativa ao tema da deficiência. Até 1978, a palavra empregada era “excepcional” ou “deficiente”. O primeiro foi introduzido pela Emenda Constitucional de 1969, referindo-se mais especificamente à deficiência mental. O segundo termo tem um carácter mais incisivo, relacionado a causa da deficiência (ARAÚJO; 2011, p. 22).

A Constituição da República de 1988, ao tratar do tema, referia-se à pessoa “portadora” de deficiência. Embora esse termo fosse um pouco menos pejorativo do que aqueles utilizados pelo pensamento comum (inválidos, aleijados, incapaz, louco de todo gênero, excepcionais), ainda assim foi alvo de críticas, uma vez que a palavra “portar” faz entender que a deficiência é algo que a pessoa carrega ou que possui um carácter transitório. Sobre a atual inadequação dessa terminologia leciona Luiz Alberto David Araújo (2011):

Atualmente, a expressão utilizada é pessoa com deficiência. A ideia de portar, conduzir, deixou de ser a mais adequada. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (...) utiliza-se da expressão contemporânea, mais adequada. A pessoa (que continua sendo o núcleo central da expressão) tem uma deficiência (e não a porta). Com a aprovação da Convenção, que tem equivalência com a Emenda à Constituição, por força do parágrafo terceiro, do artigo quinto, da Constituição Federal, a terminologia nova revogou a antiga. Assim, apesar de os textos impressos trazerem a expressão “pessoa portadora de deficiência”, a aprovação da Convenção, com status equivalente a Emenda Constitucional, tratou de alterar o dispositivo constitucional. Assim, a Constituição deveria já estar retificada para —pessoa com deficiente, nome atual, constante de norma posterior, convencional, de mesmo porte de uma emenda. Sendo assim, a Constituição já foi alterada neste tópico.

Ante ao exposto, percebe-se que por mais que o texto da constituição ainda se refira às pessoas “portadoras de deficiência”, esse termo já foi alterado pela Convenção.



Além da discussão envolvendo a terminologia mais adequada, também existiam dúvidas sobre o que de fato constituía a deficiência. No direito brasileiro, as tentativas de definir aquilo que seria a deficiência ocorreram principalmente por meio de decretos regulamentares, tais como o decreto 914 de seis de setembro de 1993, que regulamentou a lei 7.853 de 1989, que dispunha sobre a Coordenadoria Nacional para Integração das Pessoas com Deficiência-CORDE. Assim, ao alterar os artigos 3º e 4º da referida lei, o decreto condicionou a deficiência e a incapacidade dela resultante por meio de critérios taxativos de enquadramento. O artigo terceiro estabelecia que a deficiência era toda "perda ou anormalidade de uma estrutura psicológica fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para desempenho de atividade, dentro de um padrão considerado normal para o ser humano". Já o artigo quarto elencava categorias de deficiência, fossem elas físicas, mentais, auditivas e visuais. Portanto, só poderia ser considerada como pessoa com deficiência aquele que se enquadrasse totalmente nos critérios técnicos estabelecidos na lei (ARAÚJO, 2011).

Um outro exemplo de decreto regulamentar foi o 5.296 de dois de dezembro de 2004, que dispôs sobre os índices para caracterização das deficiências visuais e auditivas, estabelecendo que a deficiência era aquela que implicasse dificuldade para realização de funções habituais e inclusão social (ARAÚJO, 2011).

Além desses diplomas, a lei 8.742/1993, que dispõe sobre a assistência social, na sua redação original, estabelecia que pessoa com deficiência era aquela que possuía "incapacidade para o trabalho e vida independente". Todavia, após a adoção do tratado, essa definição foi também revogada, passando a se valer do conceito estabelecido na convenção.

Além do novo conceito a respeito da deficiência, o tratado impactou outros diplomas legais, tais como o Código Civil e o Código de Processo Civil, principalmente no tocante à questão da capacidade civil e curatela.

### **3.4 ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (LEI 13.146/2015)**

A lei 13.146/2015, mais conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, objetiva dar cumprimento aos direitos e deveres estabelecidos pela Convenção e visa promover o reconhecimento das potencialidades desse grupo de pessoas (ARAÚJO; RUZYK, 2017, p. 238).

Como já mencionado, o art. 12 da Convenção (correspondente ao art. 84 e 116 da Lei 13.146/2015), estabelece a ampla capacidade legal à pessoa com deficiência, ou conceito conglobante de deficiência (pois abarca tanto a capacidade para ter direitos e também de exercício), em igualdade com os demais cidadãos (ARAÚJO; RUZYK, 2017, p. 233).

Dessa forma, revogam-se os três primeiros incisos do art. 3º do Código Civil, restando como única modalidade de incapacidade absoluta a pessoa menor de 16 anos. Além disso, alterou a redação dos incisos II e III do art. 4º, que versam sobre a incapacidade relativa do ébrio habitual, do viciado em tóxicos, do pródigo e daquele que por causa transitória não puder exprimir a sua vontade (MENEZES, 2015, p. 10).

No tocante ao tema da curatela, pode-se afirmar que agora ela não será aplicada de imediato ante a constatação da deficiência, e sim como medida extrema (MENEZES, 2015, p. 29), depois de verificadas as potencialidades do indivíduo (ARAÚJO; RUZYK, 2017, p. 233). Assim, antes de se optar pela curatela, deve-se tentar a tomada de decisão apoiada, instituto criado pela Convenção e regulamentado pelo Estatuto. Nesse sentido leciona Menezes (2015, p. 18):

Com a figura da “tomada de decisão apoiada” e o reconhecimento da autonomia da pessoa com deficiência, graças à influência marcante do art. 12, da CDPD e da alteração legislativa diretamente operada pela Lei no.13.146/15 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), a curatela se confirma como uma medida *in extremis* que somente poderá ser utilizada nos restritos limites da necessidade do curatelado e para atender aos seus interesses. Sua disciplina jurídica segue as regras do Código Civil, do Código de Processo Civil e do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Sobre a audiência de curatela, a verificação da incapacidade não mais ficará a critério exclusivo do juiz, e sim de uma equipe multidisciplinar que deverá auxiliá-lo nessa tarefa, como afirmam Araújo e Ruzyk (2017, p. 241):

Por isso, a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), teve o cuidado de determinar que a equipe multidisciplinar estivesse presente. Primeiro, porque o critério médico já foi abandonado pela Convenção da ONU. Não se define pessoa com deficiência apenas pelo aspecto médico. É necessário entender o tema à luz das barreiras, do ambiente da pessoa, tudo diante da análise das várias facetas do problema. E, por isso, a equipe multidisciplinar. O assistente social, o médico, o terapeuta ocupacional. Todos esses devem estar presentes quando da entrevista. E não se trata, repetimos, de faculdade. É dever legal.

Ainda sobre o esse tema, o estatuto deixa claro que a curatela se restringe apenas a questões patrimoniais, não se relacionando com aspectos existenciais das pessoas, tal como questões relacionadas ao matrimônio, à sexualidade, educação, voto, privacidade, ao trabalho e ao próprio corpo (art. 85 da Lei 13.146/2015).

### **3.5 DA SEGURIDADE SOCIAL**

Para Jorge Reis Novais, os direitos sociais podem ser entendidos como um conjunto de direitos que envolvem o direito a um mínimo vital ou existencial (ou direito a um mínimo para uma vida condigna), englobando o direito à saúde (ou a proteção da saúde), o direito à habitação (ou a uma habitação condigna), o direito à segurança social (ou à assistência social); o direito ao trabalho e ao ensino (à educação ou formação)” (NOVAIS, 2010, p. 40).

São direitos cujo objeto de proteção se relaciona com o acesso individual a bens de natureza econômica, social e cultural que são imprescindíveis para uma vida digna, além de serem escassos e custosos, os quais só podem ser acessados se o indivíduo dispuser de recursos próprios ou se receber auxílio estatal (NOVAIS, 2010, p. 41).

Muito embora as normas relativas aos direitos sociais sejam comumente aquelas que impõem ao estado deveres de garantia aos particulares de bens econômicos, sociais ou culturais a que só se acede mediante contraprestação financeira não negligenciável, demandando então um “facere estatal” (dimensão positiva), com custo financeiro direto, cuja implementação é fruto de opções políticas e dos recursos disponíveis (NOVAIS, 2010, p. 59) os direitos sociais também apresentam uma dimensão negativa, ou seja, o dever do estado de defesa, respeito e proteção dos direitos sociais já concedidos.

Nesse contexto verifica-se o papel relevante da seguridade social no ordenamento jurídico brasileiro, visto que concretiza os mais básicos direitos sociais, tais como a garantia à saúde e ao mínimo existencial, por meio de benefícios previdenciários e assistenciais.

Sobre a finalidade da seguridade social leciona Elenice Hass de Oliveira Pedroza (2014, p. 80):

Destarte, partindo-se do ideal de igualdade de todos os seres humanos, o direito à seguridade social logra assegurar uma justa distribuição de bens e serviços sociais para proporcionar a cada qual fazer livremente sua escolha quanto a seu próprio destino.

Mas, para se alcançar liberdades substantivas é indispensável que o ser humano não sofra privações, isto é, as necessidades básicas do ser humano (alimentação, saúde, educação ...) devem ser asseguradas, pelo Estado e por toda a sociedade, para que este se desenvolva.

Portanto, observa-se que a Constituição de 1988 estabeleceu a dignidade humana como fundamento da República e positivou um amplo rol de direitos e garantias fundamentais. Especificamente no plano da seguridade social, ocupou-se em identificá-los e estabelecer mecanismos específicos voltados à sua efetividade, assegurando acesso à saúde, previdência e assistência social.

A constituição federal, a partir do art. 193, dispõe sobre a seguridade social, que compreende três ramos: a previdência, a saúde e assistência social. Esta última interessa especialmente esse estudo, uma vez que faz parte dela o benefício de prestação continuada.

O primeiro modelo de seguridade social surgiu na Alemanha, instituído por Otto von Bismarck, mediante pressão dos movimentos trabalhistas locais. Assim, esse modelo que ficou conhecido como bismarckiano ou de seguros sociais, se assemelhava a um seguro privado, era regido pela lógica contributiva, ou seja, só estaria coberto pela seguridade social quem estivesse trabalhando e contribuindo e, além disso, o valor dos benefícios era proporcional às contribuições vertidas. Portanto, aqueles que estivessem fora do mercado do trabalho eram excluídos dos benefícios da seguridade social. O principal objetivo desse modelo é manter a renda dos trabalhadores em momento de risco social ou desemprego. Logo, esse tipo de seguridade confere proteção social limitada, pois necessita de um cenário de pleno emprego (BOSCHETTI, 2009; SPOSATI, 2013).

Outro modelo que surgiu tempos depois, em meados da segunda metade do século XX foi o modelo inglês ou beveridgiano, decorrente da instituição do Plano Beveridge e do Welfare State. Esse modelo, diferentemente do anterior, era regido pela lógica não contributiva e estava voltado mais para o combate a pobreza e desigualdades sociais. Embora os dois modelos apresentem significativas diferenças, ambos estão conectados aos direitos oriundos do trabalho. (BOSCHETTI, 2009, SPOSATI, 2013).

Boschetti (2009) afirma que a seguridade social é a mais protetiva aos cidadãos na medida em que se desvencilha do modelo de seguro social e se aproxima da lógica social. Ressalta, ainda, que em países de capitalismo periférico esses dois modelos convivem em uma relação de atração e rejeição:

Por exemplo, aqueles trabalhadores que não estão inseridos no mercado de trabalho, que não têm acesso ao seguro, ou à previdência social, acabam caindo em uma situação de ausência dos direitos derivados do trabalho. Muitos deles, por não terem contribuído para a seguridade social, chegam aos 65 anos (essa idade varia de país para país) e não têm direito à aposentadoria. A exigência da lógica do seguro e a impossibilidade de sua manutenção para todos os trabalhadores, sobretudo para os

desempregados, empurram esse trabalhador para demandar a outra lógica, a lógica social, do direito não contributivo. Assim, aqueles que não contribuem, que não estão inseridos em uma relação de trabalho estável e que não têm direito ao benefício contributivo, tornam-se potenciais demandantes da lógica social, do benefício não contributivo

Ao analisarmos a seguridade social brasileira, verifica-se que ela incorporou ambos modelos, em áreas diferentes. Dessa forma, é possível afirmar que a previdência social seguiu o modelo bismarckiano, enquanto a saúde e a assistência social seguiram o modelo Beveridgiano.

Logo, segundo Cariagas e Freitas (2014), uma vez que a seguridade social é regida por lógicas contraditórias, a assistência social apresenta três encarregados: Em primeiro lugar o mercado, depois a família e por último, subsidiariamente, o Estado. Esse carácter subsidiário é visto, por exemplo, na concessão do benefício assistencial, que condiciona ao benefício a pessoas que não consigam prover seu sustento ou tê-lo assegurado por sua família.

A constituição elenca os princípios informativos da seguridade social no art. 194 e seus incisos. São eles: universalidade da cobertura e do atendimento, uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações rurais e urbanas, seletividade e distributividade na prestação de benefícios e serviços, irredutibilidade do valor dos benefícios, equidade na forma de participação do custeio, diversidade da base de financiamento e carácter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

Todavia, essas diretrizes não foram cumpridas integralmente e, segundo Boschetti (2014) não se instituiu uma seguridade social de forma "integrada, articulada e homogênea" no Brasil. Além disso, a autora ressaltava alguns outros problemas que assolam o sistema, como a constante utilização do orçamento da seguridade para outros fins econômicos, em virtude da desvinculação das receitas da união.

### 3.6 DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E O BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

A assistência social pode ser definida como “uma política pública que tem por finalidade precípua amparar por meio de serviços ou prestações pecuniárias aqueles que, individualmente ou em grupo, encontram-se em situação de vulnerabilidade social” (PEREIRA, 2017, p. 75).

Como referido anteriormente, ela lida com direitos seletivos e ao longo do tempo "manteve-se como uma ação pública desprovida de reconhecimento legal como direito, mas associada institucionalmente e financeiramente a previdência social" (BOSCHETTI; 2009, p.8)

Ela está prevista nos artigos 203 e 204 da constituição, sendo regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), 8.742 de 1993. Assim dispõe o art. 203:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Tavares (2015, apud Pereira, 2017, p. 74), afirma que a assistência social presta auxílio aos necessitados por meio de serviços (prestações não pecuniárias) e de benefícios (prestações pecuniárias) ou por meio do fornecimento de alimentos, remédios e outros bens materiais.

O direito a uma renda mínima já foi disciplinado pela Lei 6.179 de 11 de dezembro de 1974. Conhecido como “amparo previdenciário”, esse benefício assegurava ao idoso ou pessoa com deficiência a metade do maior salário mínimo nacional (TAVARES; 2017).

Posteriormente, essa garantia de um salário mínimo à pessoa com deficiência ou idoso que não tenha meios de prover sua própria subsistência ou tê-la garantida por sua família, foi regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (8.742/1993), que instituiu o benefício de prestação continuada (BPC). Assim, atualmente, como requisitos para receber o benefício, o destinatário deve ser idoso maior de 65 anos ou pessoa com deficiência.

Inicialmente, o benefício de prestação continuada foi visto como um ônus econômico, por isso regulado de forma bastante restritiva. Nas palavras de Pereira (2013), a primeira redação do benefício era "tardia, seletiva, transmutada, restritiva e frágil". Sposati (2008, *apud* Pereira, 2013) afirma que "o critério residual de acesso ao BPC acaba indo de encontro com a garantia constitucional de que ele será concedido a quem dele necessitar".

Dessa forma, a redação original do art. 20 da referida lei estabelecia uma idade mínima de 70 anos para o idoso ter direito ao benefício. Além disso, definia que a pessoa com deficiência era aquela *incapacitada para o trabalho e para a vida independente*, conceito totalmente inadequado, visto que presumia que as pessoas com deficiência eram totalmente incapacitadas para viver uma vida independente, além de incentivar que esse grupo fosse cada vez mais excluído do mercado de trabalho (PEREIRA, 2013), algo que é absolutamente contraditório com os objetivos da Convenção, que incentiva, em seu art. 27<sup>5</sup>, o ingresso da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, bem como estabelece uma série de prescrições de como isso deve ocorrer.

A superação dos critérios de incapacidade para o trabalho e para vida independente foi muito acertada, uma vez que as exigências desses dois critérios para concessão do benefício acabavam por restringir o acesso de muitos indivíduos ao benefício.

---

<sup>5</sup> 1. Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência ao trabalho, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Esse direito abrange o direito à oportunidade Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência Secretaria de Direitos Humanos 54 de se manter com um trabalho de sua livre escolha ou aceitação no mercado laboral, em ambiente de trabalho que seja aberto, inclusivo e acessível a pessoas com deficiência. Os Estados Partes salvaguardarão e promoverão a realização do direito ao trabalho, inclusive daqueles que tiverem adquirido uma deficiência no emprego, adotando medidas apropriadas, incluídas na legislação, com o fim de, entre outros: a) Proibir a discriminação baseada na deficiência com respeito a todas as questões relacionadas com as formas de emprego, inclusive condições de recrutamento, contratação e admissão, permanência no emprego, ascensão profissional e condições seguras e salubres de trabalho; b) Proteger os direitos das pessoas com deficiência, em condições de igualdade com as demais pessoas, às condições justas e favoráveis de trabalho, incluindo iguais oportunidades e igual remuneração por trabalho de igual valor, condições seguras e salubres de trabalho, além de reparação de injustiças e proteção contra o assédio no trabalho; c) Assegurar que as pessoas com deficiência possam exercer seus direitos trabalhistas e sindicais, em condições de igualdade com as demais pessoas; d) Possibilitar às pessoas com deficiência o acesso efetivo a programas de orientação técnica e profissional e a serviços de colocação no trabalho e de treinamento profissional e continuado; e) Promover oportunidades de emprego e ascensão profissional para pessoas com deficiência no mercado de trabalho, bem Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência Secretaria de Direitos Humanos 55 como assistência na procura, obtenção e manutenção do emprego e no retorno ao emprego; f) Promover oportunidades de trabalho autônomo, empreendedorismo, desenvolvimento de cooperativas e estabelecimento de negócio próprio; g) Empregar pessoas com deficiência no setor público; h) Promover o emprego de pessoas com deficiência no setor privado, mediante políticas e medidas apropriadas, que poderão incluir programas de ação afirmativa, incentivos e outras medidas; i) Assegurar que adaptações razoáveis sejam feitas para pessoas com deficiência no local de trabalho; j) Promover a aquisição de experiência de trabalho por pessoas com deficiência no mercado aberto de trabalho; k) Promover reabilitação profissional, manutenção do emprego e programas de retorno ao trabalho para pessoas com deficiência. 2. Os Estados Partes assegurarão que as pessoas com deficiência não serão mantidas em escravidão ou servidão e que serão protegidas, em igualdade de condições com as demais pessoas, contra o trabalho forçado ou compulsório

Essa discussão se iniciou quando a procuradoria geral da república ajuizou em 2009 a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental 182, questionando a incompatibilidade dos critérios exigidos no art. 20 da LOAS com o novo conceito oriundo da convenção, sob o argumento de que essas exigências fariam com que as pessoas com deficiência que estivessem inseridas no mercado de trabalho e tivessem uma vida independente pudessem ser excluídas do benefício assistencial. Assim, nas palavras de Feijó e Pinheiro (2013, p. 103), "é lícito afirmar que a ADPF amolda-se perfeitamente à teoria de controle de convencionalidade das leis desenvolvida por Valério de Oliveira Mazzuoli".

Colhe-se da citada arguição:

5. A Definição da pessoa com deficiência da Lei Orgânica da Assistência Social sempre suscitou polêmica, sendo considerada extremamente restritiva. De acordo com ela, uma pessoa que apresente lesão física, mental, intelectual ou sensorial, que comprometa gravemente a sua participação em igualdade de condições na sociedade, e que viva em situação econômica de absoluta miserabilidade, não fará jus ao benefício, se não for considerada incapaz para a vida independente e para o trabalho.

6. A consequência prática da adoção desta definição é a denegação de benefícios de prestação continuada a um número significativo de pessoas que têm deficiência e vivem em condições de absoluta penúria, comprometendo as condições materiais básicas para a sua subsistência.

7. Há quem sustente a inconstitucionalidade originária do art. 20, §3º da Lei 8.742 de 1993, apontando a sua invalidade mesmo antes da incorporação à ordem constitucional brasileira da Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. A argumentação é plausível, mas não será o foco da presente ação.

8. O certo é que, até a incorporação da referida convenção, não havia, em nosso bloco de constitucionalidade, um conceito de pessoa com deficiência expressamente consagrado. Agora há, e ele é frontalmente incompatível com aquele estabelecido no ato normativo ora impugnado.

Ocorre que, antes mesmo do julgamento da ADPF, que ainda se encontra pendente, foi editada a lei 12.435/2011, que alterou o conceito vigente, passando a adequá-lo aos preceitos convencionais. Assim, a lei 12.435/2011 alterou esse conceito original, adotando a definição social de deficiência, que é entendida como a interação entre impedimentos biológicos e barreiras sociais que podem impedir a inclusão desse segmento populacional.

Dessa forma, excluem-se da concessão do BPC os requisitos incapacidade para vida independente e para o trabalho, de uma vez por todas. Sua impertinência pode ser assim sintetizada, como demonstra Santos (2016):

A centralidade na dependência pode gerar fragilidades na avaliação da deficiência, reforçando a noção desta como resultante apenas das condições pessoais e corporais e não como reflexo de uma sociedade opressora das diversidades. Uma consequência dessa abordagem é uma pessoa com deficiência sem a necessidade de



auxílio de outros para o desempenho das atividades do cotidiano, ainda que enfrente outras barreiras, não ter a avaliação de sua restrição de participação social completamente apreciada (...) A dependência não pode ser o único descritor da deficiência na perspectiva da funcionalidade. Ela objetiva e pragmatiza sobremaneira a avaliação das quais atividades uma pessoa consegue desempenhar em uma métrica universável. Por outro lado, o desequilíbrio na consideração da dependência pode fazer com que situações nas quais esta não esteja presente, mas sim outras barreiras, pode apagar as possibilidades de compreender a deficiência na perspectiva relacional com outros fatores ambientais.

Embora essa alteração legislativa tenha ocorrido, verifica-se que não é seguida quando da concessão do benefício pelo INSS, e também pelo poder judiciário quando da análise de causas que envolvem o BPC.

Além da Lei 12.435/2011, a Lei 12.470/2011 inclui no conceito de deficiência o impedimento de natureza mental, bem como diminui os obstáculos para que as pessoas com deficiência acessem o mercado de trabalho, uma vez que introduziu o art. 21-A, que estabelece que o BPC não será extinto caso a pessoa comece a trabalhar.

Portanto, resta evidente que os critérios de incapacidade para o trabalho e vida independente foram totalmente superados e elididos da legislação, não devendo ser considerados mais quando da atividade jurisdicional.

Todavia, tal prática ainda ocorre reiteradamente nos tribunais brasileiros, talvez por até mesmo desconhecimento das alterações legislativas trazidas pela Convenção, fato que ora impede o acesso de muitas pessoas ao benefício, ora acaba concedendo-o a quem porventura não necessite.

Para entender um pouco mais sobre o modo de concessão do benefício de prestação continuada e a caracterização da deficiência, é preciso analisar a maneira pela qual se dão as avaliações periciais nas suas duas modalidades: a avaliação médica e a socioeconômica, que são os requisitos necessários para verificação das condições do requerente do benefício.

Até os anos 1970, para caracterização de uma deficiência, levava-se em consideração quase estritamente o saber médico. Todavia, em uma perspectiva epistemológica, a situação começou a mudar, deslocando-se essa função também para as ciências sociais, que passaram a reconhecer essa condição como uma atribuição da diversidade humana, bem como a necessária atuação de Estado para que promova políticas públicas de inclusão para garantia da justiça social (SANTOS, 2016).

O rompimento com a hegemonia do modelo médico e surgimento do modelo social ocorreu ante a constatação da opressão e desigualdade social oriunda do primeiro modelo. (SANTOS, 2016)..

Dessa forma, inicia-se um movimento dentro das ciências humanas denominado disability studies e, como consequência, desenvolveram-se diplomas legais e internacionais ancorados no paradigma social de deficiência. São eles a Classificação Internacional de funcionalidade e Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, sendo a primeira elaborada pela organização mundial da saúde em 2001 e adotada no Brasil em 2007, por meio do decreto 6.214/2007 (SANTOS, 2016).

A assistência social, para fins de concessão do benefício de prestação continuada adotou a CIF desde 2007. Da mesma forma a previdência social também passou a utilizar essa classificação quando da concessão de aposentadorias para pessoas com deficiência (LC 142). Assim, quando a Convenção foi incorporada ao ordenamento jurídico em 2008, a concessão do benefício já estava em certa medida pautada pelo critério social. O conceito social de deficiência pode ser assim definido por Wenderson Santos (2016):

Esse conceito é a definição de deficiência no arcabouço dos direitos humanos não mais como um atributo individual, imutável e morfo-biológico, mas que resulta das interações entre um corpo com uma condição de saúde específica e as diversas barreiras ambientais e atitudinais. Assim, as barreiras são elementos centrais para a caracterização da deficiência na nova perspectiva. A CIF, nesse sentido, oferece elementos para descrever as barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência em cinco dimensões: barreira no acesso a produtos e tecnologias, em apoios e relacionamentos, no ambiente natural, nas atitudes e no acesso a serviços, sistemas e políticas.

Embora a CIF forneça um critério muito mais apropriado para a verificação da deficiência, que segue os mesmos preceitos da Convenção, ela não é seguida pela maioria dos médicos peritos, fazendo com que persista uma dicotomia entre a visão médico pericial e visão social, prevalecendo um diagnóstico da deficiência que tem por base apenas a clínica (MACÊDO; OLIVEIRA; 2015, p. 35).

Martins (2004, apud Macedo e Oliveira, 2015, p. 35) afirma uma das possíveis causas para isso é que existe grande resistência da classe médica em partilhar a sua tarefa de decidir com outros profissionais ou áreas de conhecimento, uma vez que a análise médica seria “objetiva”, prescindindo da influência de aspectos sociais. Contudo, é sabido que não existe total neutralidade no critério biomédico, como explica Santos (2016):

O deslocamento de um modelo médico para um social foi fundamental para desmedicalizar a deficiência. Uma das consequências é que a suposta objetividade e neutralidade das ferramentas biomédicas conferiam algumas certezas como livres de

controvérsias no momento da caracterização da deficiência, o que reforçava apenas uma dimensão limitada da compreensão da experiência.

Ademais, uma outra possível causa é que os médicos peritos, ao avaliar a situação de um indivíduo requerente do benefício de prestação continuada, acabam por utilizar a mesma lógica que aplicam na verificação dos casos de benefícios previdenciários, como aposentadorias por invalidez e auxílios-doença. Ocorre que em tais métodos de avaliação predomina o critério biomédico, uma vez que os benefícios previdenciários estão envoltos pelo paradigma do seguro social, e não da assistência social (MACÊDO; OLIVEIRA, 2015, p. 36).

Como possíveis soluções para esse problema, torna-se imprescindível o trabalho interdisciplinar e multiprofissional dos envolvidos com a avaliação da deficiência, necessitando de interlocução entre os profissionais médicos e assistentes sociais, aprimoramento constante das condições de trabalho, seja por meio de cursos de capacitação e reciclagem dos profissionais, ou por meio de melhorias na própria estrutura do local de trabalho. Além disso, deveria existir mais diálogo não só entre as categorias profissionais, mas também com a sociedade civil, principalmente a comunidade destinatária do benefício (MACÊDO; OLIVEIRA, 2015)

### **3.7 MARCO TEMPORAL DE DOIS ANOS PARA CARACTERIZAÇÃO DA INCAPACIDADE DE LONGO PRAZO, INOVAÇÃO DA LEI 12.470/11**

Outra questão polêmica relativa ao benefício de prestação continuada foi definição de incapacidade de longo prazo, resultante da alteração trazida pela lei 12.470/2011, que inseriu o §10 ao art. 20 da lei 8.742/1993. Desse modo, para que uma incapacidade seja considerada de longo prazo, deve ter uma estimativa de duração de pelo menos dois anos.

Ocorre que, antes dessa alteração, aqueles que tivessem uma estimativa de recuperação menor que dois anos não estariam excluídos da concessão do benefício. Dessa forma, criam-se dois sistemas jurídicos diferentes, um para as pessoas que fizeram o requerimento anteriormente ao advento da lei 12.470/2011 e outro para as pessoas que o fizeram depois da vigência da lei (APPIO, 2011, p. 203).

Para Eduardo Appio (2011), a possível fonte inspiradora desse requisito foi o art. 21 da Lei Orgânica da Assistência Social, que prevê que os benefícios assistenciais devem ser revistos em um prazo de dois anos. Todavia, o autor afirma que esse requisito padece de

verdadeira inconstitucionalidade material, uma vez que não é fundamentado em nenhum critério técnico, tampouco encontra alguma semelhança com outras legislações estrangeiras. Por conseguinte, trata-se de critério totalmente arbitrário. Outro ponto que o autor ressalta é que quando realiza a revisão do benefício a cada dois anos, cabe ao Instituto Nacional do Seguro Social provar se o autor persiste ou não a deficiência. Assim, ao condicionar a concessão do benefício à demonstração de uma incapacidade que perdure pelo menos dois anos, estaria transferindo o ônus da prova para a pessoa com deficiência. Nas palavras do autor:

Ora, se é da Administração Pública o dever de revisar o benefício concedido, a cada dois anos, bem como o ônus probatório de demonstrar que a situação fática do cidadão de boa-fé foi alterada, de maneira que não mais pode ser considerado deficiente, como então se fixar este mesmo prazo de dois anos em desfavor do cidadão que deve comprovar a permanência de sua incapacidade? O critério temporal neste caso é absolutamente arbitrário e não existe aparente conexão com dados técnicos e médicos que permitam afirmar que pessoas portadoras de uma incapacidade com duração inferior a dois anos não podem ser consideradas deficientes (...) O critério, além de arbitrário, retira do poder judiciário a capacidade de se aferir, no caso concreto, se o cidadão que se apresenta em juízo requerendo o benefício de renda mínima é portador de uma limitação que está pondo em risco a sua sobrevivência

Nessa mesma perspectiva também lecionam José Ricardo Caetano Costa e Marco Aurélio Serau Jr (2015, p. 99). Os autores defendem que embora seja censurável que a legislação ordinária tenha fixado esse critério temporal, ao menos não restringiu a possibilidade de concessão do benefício àquelas pessoas cuja incapacidade é total é permanente.<sup>6</sup>

Porém, por mais que não restrinja a concessão do benefício aos casos de incapacidade total e permanente, é inegável que a estipulação desse critério temporal vai totalmente contra o objetivo da convenção, que é de expandir o conceito da deficiência, garantindo o direito a uma vida digna e ao mínimo existencial a um maior número de pessoas. Não se pode esquecer que a possibilidade de existirem impedimentos que incapacitem indivíduo que se encontra em estado de miserabilidade, sem que essa situação se estenda por dois anos. Nesse caso, por mais que a pessoa enfrente uma barreira que dificulte sua interação social, poderia não ser considerada uma pessoa com deficiência, por mais grave que seja a sua condição (como uma cegueira temporária ou perda de memória) (RENCK; 2014, p. 151). Assim, conforme leciona

---

<sup>6</sup> Nesse contexto, foi editada a súmula 48 da Turma Nacional de Uniformização da Justiça Federal, ao estabelecer que a incapacidade para fins de concessão do benefício assistencial não precisa ser permanente.

Maria Helena Pinheiro Renck (2014, p. 149), essa restrição é totalmente descabida, pois se um impedimento é capaz de obstaculizar a participação social de uma pessoa em igualdade com as demais, já estaria caracterizada a deficiência.

#### **4. ESTUDO DE CASOS DAS DECISÕES DO TRF4 SOBRE BENEFÍCIO ASSISTENCIAL NO PERÍODO DE 2010 A 2017**

No presente capítulo serão analisados alguns acórdãos do Tribunal Regional Federal da quarta região, por meio da metodologia do estudo de casos ou *case method*, a fim de verificar se a referida corte efetua o controle de convencionalidade em suas decisões, no que diz respeito aos direitos previstos na Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência aplicada nos casos que envolvem o benefício de prestação continuada.

Para tanto, foi realizado um levantamento das decisões do tribunal no período de janeiro de 2010 a fevereiro de 2017, totalizando 716 decisões, concentradas na sexta e quinta turma do referido tribunal, excluídas aquelas decisões nas quais a deficiência já estivesse comprovada ou não fosse parte da controvérsia (em que se discutia apenas o requisito de miserabilidade ou também aquelas que versavam sobre a concessão do benefício assistencial ao idoso). Logo, dos 716 acórdãos, foram excluídos 144, restando 572 que tratavam efetivamente do tema em discussão. Ainda sobre o método da pesquisa, os acórdãos foram selecionados por ementa, pesquisando-se pelos termos “condição de deficiente” e “LOAS”, no portal do TRF4. Assim, o presente ensaio seguiu o método qualitativo, uma vez que seu objetivo se concentra na análise dos fundamentos das decisões.

Para fins de demonstrar a racionalidade da corte, serão averiguados 9 acórdãos, provenientes tanto da quinta e sexta turmas do TRF4.

Dessa forma, o objetivo deste estudo é verificar se de fato o tribunal adequou suas decisões aos novos conceitos e previsões sobre a deficiência trazidos pelo tratado, a fim de garantir a concessão do benefício a quem realmente se encaixa no novo conceito de pessoa com deficiência. Além disso, também se analisará se o tribunal afastou ou não o requisito de dois anos para a caracterização do impedimento de longo prazo, que, como já discutido no capítulo anterior, é totalmente incompatível com a finalidade do tratado.

#### 4.1 MÉTODO DO ESTUDO DE CASOS

O estudo de casos pode ser definido como uma “pesquisa empírica que investiga fenômenos contemporâneos dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos (YIN, 2001, p.32) ou seja, é utilizado na investigação de fenômenos sociais complexos, não se restringindo a ciência jurídica, visto que vem sendo utilizado em áreas como a psicologia, economia, ciência política e sociologia (YIN, 2001, p.21)

Essa metodologia surgiu nos Estados Unidos, com a publicação por Christopher Columbus Ladgell de um livro sobre estudo de casos, em 1871, na Universidade de Harvard. Assim, o estudo de casos surge como método de ensino jurídico, visto que o direito americano é costumeiro e baseado em precedentes (FISCHER, 2007, p. 1).

Para proceder à análise das decisões, o presente ensaio seguirá a modelo de análise jurisprudencial proposto por Luly Fischer, que consiste primeiramente em uma análise individual das decisões mais relevantes e posteriormente será realizada uma análise conjunta, para que se possa tentar montar uma cadeia lógica das decisões, bem como tentar encontrar uma possível evolução jurisprudencial sobre o tema. Todavia, como bem adverte a autora, certas ressalvas devem ser tomadas, visto as grandes diferenças entre o direito americano e brasileiro, tal como a possível inexistência de sequência lógica de evolução jurisprudencial no contexto brasileiro (FISCHER, 2007, p.7).

A análise individual das decisões seguirá a seguinte ordem: breve resumo dos fatos (facts); identificação do objeto do litígio (issue); identificação da decisão (holding); verificação da justificativa da decisão (reasoning) e do seu posicionamento ideológico (policy). Este último ponto pode ser subdividido em: questões normativas (valores que a lei deseja promover), econômicas (consequências econômicas da decisão), estruturais (relação do poder judiciário com os demais poderes) e da administração da justiça (aplicação da lei) (FISCHER, 2007, p.5).

Já a análise conjunta das decisões terá como objetivo agrupar cronologicamente as decisões relevantes já analisadas individualmente, em ordem de complexidade das questões

discutidas, para estabelecer possível cadeia lógica e evolução jurisprudencial dos temas em debate (FISCHER, 2007, p.5).

#### **4.1.1 ARGUMENTAÇÃO, RACIOCÍNIO JURÍDICO DAS CORTES BRASILEIRAS E FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS**

Antes de adentrar na análise propriamente ditas das decisões judiciais, é necessário tecer algumas considerações a respeito da racionalidade presente nas decisões dos magistrados nacionais que influenciam sua argumentação e fundamentação, bem como a explanação de alguns conceitos que estarão presentes quando da análise dos acórdãos.

Segundo José Rodrigo Rodriguez, a jurisdição brasileira possui características peculiares: ela seria demarcada por um caráter opinativo e personalista, com a forte presença de argumentos de autoridade. Em sua obra “Como decidem as Cortes”, o autor analisa a atividade do poder judiciário e a forma de pensar dos operadores do direito em geral (advogados, promotores e juízes) para tentar compreender o modelo de racionalidade judicial vigente no Brasil.

Logo, de acordo com o autor, os principais aspectos que se sobressaem dessa análise do modelo de racionalidade judicial é de que para os juízes nacionais mais importaria emitir uma opinião sobre o caso concreto, do que reconstruir o raciocínio sistemático que leva a decisão, ou seja, sem a preocupação de demonstrar a correção da sua tese e que ela é a melhor solução para o caso concreto. Para tanto, invocam-se os chamados *argumentos de autoridade*, que podem ser citações doutrinárias, leis, princípios ou referências a jurisprudência, de forma isolada ou combinada, com o intuito de sustentar a posição defendida. Dessa forma, percebe-se que o uso constante de argumentos de autoridade está mais voltado para impressionar o destinatário da decisão, do que propriamente fundamentá-la.

Sobre os usos de argumentos de autoridade leciona Rodriguez (2013, p. 70):

A invocação da autoridade corresponde um modelo opinativo de decidir que aposta mais no poder simbólico da jurisdição do que na necessidade de que ela se legitime racionalmente diante das partes na ação da esfera pública mais ampla (...)a jurisdição opinativa não decide em função de argumentos, não é constrangida por eles, posto que, como veremos, os fundamentos de suas decisões sempre ficam em aberto

Em suma, as decisões jurídicas com base em fundamentos de autoridade funcionam da seguinte maneira: constrói-se uma tese e invocam-se quantos argumentos de autoridade forem

necessários para sustentá-la, tendo pouca relevância sua conexão e coerência com a tese defendida (RODRIGUEZ, 2013, p. 68).

Assim, a argumentação por autoridade se encontra inserida em outro conceito trabalhado pelo autor, o de *zona de autarquia*, que seria um “espaço onde as decisões não estão fundamentadas em um padrão de racionalidade, ou seja, não há fundamentação” (RODRIGUEZ, 2013, p. 58).

Para analisar os fundamentos das decisões selecionadas, o ensaio também seguirá os critérios propostos por Neil MacCormick, quais sejam: universalidade, coerência, consistência e consequencialismo (BETTI; ROESLER, 2017, p. 135).

MacCormick, jurista e filósofo pós-positivista, consagrou uma teoria integradora da argumentação jurídica, ao admitir a possível “coexistência entre argumentação e subsunção, aspectos dedutivos e não dedutivos” (GUANDALINI JR, 2011, p. 157).

Manuel Atienza, ao analisar a obra de MacCormick, ressalta o papel da persuasão no discurso argumentativo (2000, p. 172):

A argumentação prática, em especial a jurídica, para esse autor tem uma função justificadora, até mesmo a argumentação possui finalidade de persuasão, pois só se pode persuadir se os fatos estão justificados – no caso da argumentação jurídica se eles estão de acordo com os fatos estabelecidos e normas vigentes

Para o referido autor, a argumentação jurídica, como ramo da argumentação prática, pode ser dividida em duas categorias: a justificação de primeira ordem e a justificação de segunda ordem, essa voltada à resolução dos casos considerados difíceis. Assim, a justificação de primeira ordem compreenderia o método silogístico, ou dedutivo. Dessa forma, ocorrendo a premissa menor (fato) automaticamente se desencadearia a incidência da premissa maior (norma) (BETTI; ROESLER; 2017, p. 137).

Todavia, esse método por si só não é suficiente para resolver todos os problemas jurídicos, em casos, por exemplo, em que houver dúvidas a respeito de qual norma deve ser aplicada no caso concreto. Portanto, é necessária outra forma de justificação que abarque os casos que não foram resolvidos pelo método dedutivo, passando-se então para a justificação de segunda ordem. Esse segundo tipo de justificação tem por objeto os casos difíceis, que são aqueles que apresentam controvérsias relacionadas à interpretação, relevância, classificação e prova. Logo, tratam de problemas relativos às normas (inexistência de norma aplicável ao



caso ou concorrência de normas aplicáveis) quanto problemas relacionados aos fatos (BETTI; ROESLER; 2017, p. 138).

Para esses casos considerados difíceis, o autor estabelece alguns critérios que servem como roteiro para guiar os fundamentos da decisão. O primeiro deles é o critério da *universalidade*, segundo o qual a casos iguais merecem o mesmo tratamento. Os argumentos utilizados em um dado caso devem ser universais a ponto de serem utilizados para decidir casos iguais. Ainda, esse critério pode ser entendido como exigência de uma justiça formal, uma vez que ele alcança tanto eventos passados quanto futuros (casos idênticos julgados no passado ou que venham a ser julgados devem se valer dos mesmos argumentos) (BETTI; ROESLER, 2017, p. 140).

Já o requisito da consistência é preenchido quando as premissas normativas na qual a decisão se baseia não entram em contradição com as normas estabelecidas de modo válido, ou seja, exprime a obrigação dos juízes de não infringirem o direito vigente (ATIENZA, 2000, p. 186).

O requisito da coerência normativa, por sua vez, ocorre quando um grupo de proposições faz sentido comparado à sua totalidade, ou seja, quando submetido a um conjunto de valores e princípios comuns. Nas palavras de Manuel Atienza (2000, p. 187):

Uma série de normas, ou uma norma, é coerente se pode ser subsumida sob uma série de princípios gerais, ou valores que por sua vez, sejam aceitáveis, no sentido de que configure, quando tomados conjuntamente, uma forma de vida satisfatória. É um mecanismo de justificação, porque pressupõe a ideia de que o direito é uma empresa racional

Para Betti e Roesler, o discurso argumentativo que obedeça ao critério da coerência normativa deve atender a dois requisitos: reconstruir os princípios que justifiquem a coexistência das normas e aplicá-los ao caso (BETTI; ROESLER, 2017, p. 144).

Já a coerência narrativa se relaciona com a questões de fato. Neste caso, os fatos devem fazer sentido em seu conjunto, ou seja, a decisão deve ser coerente com os fatos narrados (sua verificação ocorre por meio de critérios de probabilidade e causalidade) (SILVA; 2013. p. 38).

Por fim, o último critério estabelecido por Maccormick, o consequencialismo, diz respeito com os efeitos ou consequências que serão produzidos pela decisão. Esse requisito está intimamente ligado ao requisito da universalidade, visto que os efeitos dessa decisão

impactarão o julgamento de casos iguais (SILVA; 2013, p. 37). Betti e Roesler definem o consequentialismo como “A escolha da consequência jurídica mais adequada em face dos valores que a área do direito em que o caso se insere considera relevantes” (BETTI; ROESLER, 2017, p. 146).

## **4.2 ANÁLISE DAS DECISÕES DO TRF4**

Como já explicado de forma breve anteriormente, o objeto deste capítulo é a análise de algumas decisões proferidas pelo Tribunal Regional Federal da Quarta Região no período de 2010 a 2017 (julgadas pela quinta e sexta turma), que tem por objeto a concessão do benefício de prestação continuada à pessoa com deficiência. Cabe salientar que ao total este ensaio realizou um levantamento de cerca de 716 decisões, das quais foram selecionadas para fins de estudo apenas as mais exemplificativas do raciocínio da corte.

Dessa forma, o objetivo dessa análise é tentar responder alguns questionamentos: o primeiro deles é verificar como os magistrados da corte concebem o tema da deficiência, se eles seguem os conceitos previstos na CISDPD. O segundo questionamento se relaciona com a utilização do critério temporal de dois anos para a caracterização da incapacidade de longo prazo, prevista no §10 do art. 20 da Lei 8742/1993; finalmente, questiona-se a corte efetivamente realizou o controle de convencionalidade em suas decisões.

Assim, seguiremos o método do estudo de casos, identificando o resumo dos fatos, objeto do litígio, decisão, justificativa da decisão e posicionamento ideológico, já explicados no início do capítulo, bem como os critérios de justificação de decisões proposto por Maccormick. Contudo, será feita uma alteração pontual na ordem de análise, qual seja, o posicionamento ideológico das decisões será avaliado em conjunto ao final, com o objetivo de facilitar a conclusão do ensaio.

### **4.2.1 DECISÕES PROFERIDAS PELA QUINTA E SEXTA TURMA DO TRF4**

Primeiramente, deve ser feita uma observação a respeito das decisões proferidas pelas duas turmas da corte, qual seja, todas as decisões levantadas possuem o mesmo modelo de fundamentação, portanto, apenas se altera a menção ao caso concreto em todas elas.

#### 4.2.1.1 FUNDAMENTAÇÃO

A sexta turma do TRF4, em seu modelo padrão de decisão dos casos de benefício assistencial, ressalta que a corte consolidou uma interpretação condizente com a dignidade da pessoa humana, com a finalidade de assegurar a concessão do benefício ao maior número de necessitados. Além disso, estabelece que a pessoa com deficiência não apenas é aquela que possua uma vida vegetativa<sup>7</sup> ou seja incapaz de locomoção; incapacidade de se expressar; incapacidade de realizar atos básicos da vida (higiene, vestir-se, comer, entre outros) e dependência do auxílio de terceiros.

Em seguida, menciona que o Brasil ratificou a Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, com status de emenda constitucional, ampliando a abrangência da proteção e garantia de direitos fundamentais a quem se encaixe nessa categoria. Após, cita as mudanças que a implementação do tratado realizou na lei 8.742/1993, por meio do Estatuto da Pessoa com Deficiência e da Lei 12.471/2011, que adequou o conceito de deficiência para aquele estabelecido pela convenção.

E por último, porém não menos importante a própria fundamentação **menciona que o conceito de deficiência não se restringe mais à incapacidade para o trabalho e para a vida independente**, conforme se colhe das decisões analisadas:

Com da mera incapacidade para o trabalho e para a vida independente - abandonando critérios de análise restritivos, voltados ao exame das condições biomédicas do postulante ao benefício - para se identificar com uma perspectiva mais abrangente, atrelada ao modelo social de direitos humanos, visando a remoção de barreiras impeditivas de inserção social.

Nesse contexto, a análise atual da condição de deficiente a que se refere o artigo 20, da LOAS, ***não mais se concentra na incapacidade laboral e na impossibilidade de sustento***, mas, senão, na existência de restrição capaz de obstaculizar a efetiva participação social de quem o postula de forma plena e justa (grifos nossos).

Portanto, fica evidente que o modelo padronizado de decisão da sexta turma diz não mais entender a incapacidade para o trabalho ou vida independente como únicos critérios caracterizadores da deficiência. Agora, resta saber se na prática as decisões (na análise do caso concreto) estão de acordo com o que está estabelecido na fundamentação.

---

<sup>7</sup> A sexta turma já se manifestou sobre a desnecessidade do impedimento ser de caráter permanente ou irreversível, como no caso da Ação Civil Pública 5000338-52.2011.4.04.7210.

A quinta turma, por sua vez, iguala explicitamente a incapacidade de longo prazo estabelecida pela convenção com a incapacidade para o trabalho e vida independente, vejamos:

O direito ao benefício assistencial pressupõe o preenchimento dos seguintes requisitos: a) **condição de deficiente** (*incapacidade para o trabalho e para a vida independente, de acordo com a redação original do art. 20 da LOAS, ou impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir a participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, conforme redação atual do referido dispositivo*) ou **idoso** (neste caso, considerando-se, desde 1º de janeiro de 2004, a idade de 65 anos); e b) **situação de risco social** (estado de miserabilidade, hipossuficiência econômica ou situação de desamparo) da parte autora e de sua família.

Assim, curiosamente, mantém em suas decisões uma insustentável convivência entre dois conceitos antagônicos, sendo o primeiro já revogado pela redação atual da LOAS. Além disso, quando cita a o art. 20 da Lei 8.742/1993, o faz alterando visivelmente sua redação, inserindo no §10 que uma pessoa incapaz é aquela que se encontra impedida de realizar atividades remuneradas:

*Art. 20. O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.*

*§ 1o Para os efeitos do disposto no caput, a família é composta pelo requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, desde que vivam sob o mesmo teto.*

*§ 2o Para efeito de concessão deste benefício, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.*

*(...)*

*§ 10. Considera-se impedimento de longo prazo, para os fins do § 2o deste artigo, aquele que produza efeitos pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos.*

***Para efeito de concessão deste benefício, a pessoa com deficiência é aquela incapacitada para a vida independente e para o trabalho, ou seja, aquela portadora de incapacidade que impede o exercício de atividade remunerada, o que deve ser analisado à luz do caso concreto.***

*Em relação à criança com deficiência, deve ser analisado o impacto da incapacidade na limitação do desempenho de atividades e na restrição da participação social, compatível com a sua idade.*

*Assim, em conclusão, o benefício assistencial é devido à pessoa com deficiência integrante de grupo familiar em situação de miserabilidade.*

#### 4.2.1.2 ANÁLISE DOS CASOS CONCRETOS

**1. Autos 0006679-91.2010.404.9999 (sexta turma- 2010)**

A primeira decisão trata-se do acórdão referente ao processo 0006679-91.2010.404.9999 (proferido em 2010).

*Resumo dos fatos e objeto do litígio:* Trata-se de requerimento do benefício de prestação continuada no qual a requerente alega ser portadora de epilepsia e crises convulsivas. O perito confirmou a existência da doença incapacitante, ressaltando que a patologia acomete a autora desde os dezesseis anos de idade, além de mencionar que a autora não possui escolaridade completa, apenas sabendo ler e escrever.

*Decisão e justificção:* O acórdão reconheceu a existência da deficiência, sendo favorável à concessão do benefício. Foi ressaltado ainda que a autora estava há vinte anos sem trabalhar, fato que dificultaria sua reinserção no mercado de trabalho.

**2. Autos 2009.70.99.003610-2 (sexta turma- 2013)**

A segunda decisão trata-se do acórdão referente ao processo 2009.70.99.003610-2 (proferido em 2013).

*Resumo dos fatos e objeto do litígio:* Trata-se de requerimento do benefício de prestação continuada cuja autora alega sofrer sequela de acidente vascular cerebral e ser trabalhadora rural. O laudo pericial reconheceu a deficiência, uma vez que a sequela da doença teria causado lesões nos membros inferiores, culminando com a incapacidade laboral da parte autora.

*Decisão e justificção:* O acórdão reconheceu a existência da deficiência e foi favorável à concessão do benefício. Além disso, mencionou que a baixa escolaridade da requerente a impediria de ser reabilitada no mercado de trabalho.

**3. Autos 016926-92.2014.404.9999 (sexta turma -2015)**

A terceira decisão diz respeito ao processo 016926-92.2014.404.9999 (proferido em 2015), e é um dos raros casos em que existe voto divergente.

*Resumo dos fatos e objeto do litígio:* Trata-se de requerimento de concessão do BPC a pessoa portadora do vírus HIV. Neste caso, a conclusão pericial foi no sentido de não haver fragilidade ou incapacidade decorrente da infecção pelo vírus.

*Decisão e justificação:* O voto da relatora foi no sentido de que uma vez que não existia sinais de complicações infecciosas, logo não existiria incapacidade para o trabalho e, portanto, não existiria também a deficiência. Além disso, a relatora foi enfática ao afirmar que a discriminação e estigma social não seriam fatores relevantes para a concessão do benefício. Todavia, em uma manifestação divergente, foi suscitado o argumento de que a corte já havia consolidado o entendimento de que a condição de soropositivo (somada ao risco social, obviamente) por si só bastaria para a concessão do benefício. Assim, foi concedida a sua implantação.

#### **4. Autos 5032979-29.2015.4.04.9999 (quinta turma – 2015)**

A quarta decisão se trata do acórdão referente aos autos 5032979-29.2015.4.04.9999, proferido em 2015, pela quinta turma.

*Resumo dos fatos e objeto do litígio:* Trata-se de requerimento de concessão de benefício assistencial cuja autora alega ser portadora de visão monocular e outras comorbidades (diabetes e perda de movimento do membro inferior esquerdo). O laudo pericial não reconheceu a existência da deficiência, visto que as perdas da visão no olho esquerdo somada com as demais patologias não afetariam a capacidade laboral da autora.

*Decisão e justificação:* O acórdão não reconheceu a deficiência, uma vez que o laudo pericial também não o fez.

#### **5. Autos 5000338-52.2011.404.7210 (sexta turma -2016)**

A quinta decisão analisada será o acórdão referente ao processo 5000338-52.2011.404.7210 (proferido em 2016).

*Resumo dos fatos e objeto do litígio:* O caso trata da concessão do benefício de prestação continuada para pessoa com deficiência, cuja requerente afirma ser portadora de incapacidade intelectual. O laudo pericial confirmou a alegação, porém ressaltou que a requerente estava adaptada ao meio social.

*Decisão e justificação:* O acórdão negou provimento ao pedido da parte autora, sob o argumento de que não restou comprovado o requisito da deficiência, uma vez que a apelante

teria comprovado o exercício de atividades laborais com vínculos empregatícios no passado, tais como auxiliar de limpeza. Dessa forma, uma vez presente a capacidade laboral, estaria automaticamente afastado o requisito da deficiência.

#### **6. Autos 0004112-77.2016.404.9999 (sexta turma – 2016)**

A sexta decisão analisada será o acórdão referente ao processo 0004112-77.2016.404.9999 (proferido em 2016).

*Resumo dos fatos e objeto do litígio:* Trata-se de concessão do benefício assistencial de prestação continuada a pessoas portadora de deficiência, cuja requerente alega ser portadora de problemas neurológicos (epilepsia). Nesse caso, além da perícia judicial, houve audiência de instrução para comprovar o preenchimento desse requisito. O laudo pericial confirmou a existência de incapacidade de longo prazo.

*Decisão e justificação:* O acórdão conferiu provimento ao pedido de concessão do benefício, com base nos quesitos respondidos pelo perito, que constataram que a requerente não consegue trabalhar em razão das crises convulsivas e, portanto, estaria comprovado o requisito da deficiência.

#### **7. Autos 5031359-16.2014.404.9999 (sexta turma -2016)**

A sétima decisão analisada será o acórdão referente ao processo 5031359-16.2014.404.9999 (proferido em 2016).

*Resumo dos fatos e objeto do litígio:* Trata-se de requerimento do benefício de prestação continuada, com pedido de antecipação da tutela, cuja requerente alega ser portadora de carcinoma maligno na pele. Além disso, trata-se de trabalhadora rural. O laudo pericial reconheceu que a autora é portadora de incapacidade temporária, visto que necessitaria de uma cirurgia.

*Decisão e justificação:* O acórdão foi favorável à concessão do benefício, considerando o tipo de atividade realizado (trabalhadora rural), bem como a idade avançada e as condições sociais nas quais a postulante se encontra, a impediriam de ser reabilitada para profissão diversa.

#### **8. Autos 0003440-69.2016.404.9999 (quinta turma – 2016)**

A oitava decisão analisada se refere ao processo 0003440-69.2016.404.9999, proferida em 2016.

*Resumo dos fatos e objeto do litígio:* Trata-se de requerimento de benefício de prestação continuada cujo requerente, criança de apenas dois anos, alega ser portador de doença ortopédica e neurológica congênita. O laudo pericial reconheceu a existência da doença, afirmando que a tendência da patologia é seu progressivo agravamento, acompanhado sequelas neurológicas que demandariam futuras intervenções cirúrgicas. Constatou ainda que o requerente já possuía procedimento cirúrgico agendado. Contudo, mesmo verificando a presença da doença, não reconheceu a existência da deficiência, visto que nessa idade o autor não apresentaria incapacidade laboral ou qualquer outra limitação social.

*Decisão e justificação:* O acórdão não reconheceu a deficiência da parte autora, sendo contrário à concessão do benefício.

#### **9. Autos 5017122-40.2015.4.04.9999 (sexta turma – 2017)**

A nona decisão trata-se do acórdão proferido pela sexta turma relativo ao processo 5017122-40.2015.4.04.9999, em 2017.

*Resumo dos fatos:* O caso refere-se ao requerimento do benefício de prestação continuada cujo autor alega ser portador de epilepsia. O laudo pericial não reconheceu a deficiência, uma vez que a referida patologia não lhe causa incapacidade laboral

*Decisão e justificativa:* O acórdão seguiu o laudo pericial, não reconhecendo o direito ao benefício.

### **4.2.1.3 POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO DAS DECISÕES**

Constata-se que o preceito predominante no fundamento jurídico das decisões mencionadas, para avaliação do requisito da deficiência, foi a constatação da incapacidade para o trabalho e para a vida independente. Porém, como já trabalhado no capítulo anterior, essas duas exigências já foram revogadas com o advento da Convenção, por se revelarem



totalmente inadequadas para dizer se uma pessoa que possui uma restrição física ou intelectual pode ser considerada uma pessoa com deficiência.

Assim, resta uma dúvida. Por que os magistrados, embora mencionem a Convenção e o novo conceito de deficiência no corpo da fundamentação, acabam utilizando esse critério ultrapassado ao analisarem o caso concreto?

Talvez a resposta para essa pergunta, que se revela no posicionamento ideológico das decisões (principalmente nos tocante às questões normativas e econômicas), esteja na forma como a nossa sociedade capitalista entende a relação do trabalho com a deficiência.

É sabido que na base das sociedades capitalistas, o trabalho é concebido em sua forma abstrata como dispêndio de energia humana, que pode ser equiparada a uma mercadoria. Logo, o indivíduo assume tanto a condição de sujeito de direito quanto de objeto de direito (BATISTA, 2015, p. 28).

Assim, a principal relação que se estabelece é a troca da mercadoria força de trabalho por salário. Portanto, nesse tipo de sociedade será considerado como ser humano padrão ou normal aquele “trabalhador que consiga fornecer a quantidade normal de trabalho abstrato em troca de salário” (BATISTA; 2015, p. 28). Dessa forma, a ideia de normalidade se encontra diretamente ligada com a ideia de eficiência no fornecimento de trabalho abstrato. Então, se o indivíduo não consegue fornecer a quantidade exigida de trabalho, estaria presente uma forma de deficiência. Nesse sentido leciona Flávio Roberto Batista (2015; p. 28):

Em um contexto de sociabilidade mediada pelo direito em que a colocação do ser humano como pessoa depende de sua dupla constituição como enquanto sujeito e objeto de direito, estar impedido de fornecer trabalho abstrato mediante salário ou estar apto para fornecê-lo em quantidade inferior à normal significa ter alguma forma de deficiência aqui colocada como contrário de eficiência (...) Assim, a pessoa com deficiência é, na ótica da sociedade capitalista compreendida em sua profundidade essencial como pessoa menos que as demais. *A deficiência, perante o capitalismo, atinge o âmago da condição de pessoa enquanto tal*<sup>8</sup> (grifos nossos)

Portanto, resta evidente que por mais que a Convenção estabeleça um novo conceito de deficiência mais inclusivo, ele não é implementado na prática, pois vai de encontro com a “relação social de produção que a fundamenta” (BATISTA; 2015, p. 28).

---

<sup>8</sup> Fato que vai diretamente de encontro com o que prega o novo conceito social de deficiência, que reconhece que ela está na interação do indivíduo com a sociedade, e não no indivíduo propriamente dito.

Então, podemos concluir que o raciocínio que está por trás das decisões judiciais é um reflexo da sociedade capitalista em que os magistrados estão inseridos. Observa-se que o posicionamento ideológico da corte nesses casos reflete questões normativas (valores que deseja promover) e econômicas que são fruto da centralidade do trabalho para a caracterização da deficiência, de acordo com uma típica sociedade em que a força de trabalho é tida como mercadoria passível de troca por remuneração.

#### **4.3 DECISÕES DO TRF4 E ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA: CRITÉRIOS DE MACCORMICK E JOSÉ R. RODRIGUEZ**

Ao analisar o fundamento jurídico das decisões citadas pelos critérios de Maccormick, percebe-se que elas deixam de atender os requisitos estabelecidos pelo autor, vejamos:

Primeiramente, é visível o descumprimento do requisito da consistência, uma vez que as decisões utilizam um critério que já foi expressamente revogado pela Convenção. Dessa forma, trata-se de um conjunto de decisões que ferem o direito vigente.

Em relação ao requisito da coerência, é possível afirmar que o critério da incapacidade para o trabalho e para vida independente, na sua forma da redação original do art. 20 da lei 8.742/1993 (que continua sendo aplicado), padece de incoerência normativa, visto que ao ser submetido aos valores e princípios que fundamentam a Convenção sobre o direito das pessoas com deficiência, acaba por restringir a participação e inclusão social dessas pessoas, bem como o direito a uma condição de vida digna, como estipulado pelo art. 28 da Convenção.

Quanto à universalidade, é questionável que esses dois requisitos de avaliação possam ser estendidos a todos os tipos de deficiência, visto que as barreiras que impedem ou dificultam a interação das pessoas com a sociedade são diferentes para cada caso concreto, não podendo ser compreendidas por meio de um único parâmetro de análise.

Isso pode ser exemplificado na decisão que continha um voto contrário à concessão do benefício assistencial ao portador de HIV. Nesse caso, o requerente não aparenta ter algum tipo de limitação física visível que o impedisse de trabalhar e ter uma vida independente, porém sua barreira de integração social e, portanto, sua deficiência se revela no estigma social que sofre. Assim, sua situação seria bem diferente de alguém que devido a um acidente ou problema congênito apresentasse uma grave limitação motora, por exemplo. Logo, mesmo

sendo dois casos que digam respeito ao tema da deficiência, são casos distintos. Assim sendo, não podem ser analisados a partir dos mesmos parâmetros.

Por fim, o critério do consequencialismo claramente não foi levado em consideração, pois não se verifica que as decisões se preocuparam com os efeitos que emanam. Parece ser possível afirmar que os magistrados julgam o tema da deficiência de forma extremamente mecânica, com base exclusivamente na prova pericial, muitas vezes sem uma avaliação detida das condições sociais dos postulantes e, quando o fazem, ainda assim é de maneira muito simplificada. Portanto, resta evidente que não há uma reflexão por parte dos magistrados sobre a utilização de um critério que restringe e dificulta a concretização dos direitos fundamentais sociais.

Além disso, ao analisar a fundamentação dessas decisões, outro fato chama atenção: o parecer do perito é quase sempre determinante para a conclusão do magistrado, que sustenta a decisão unicamente a partir do resultado do laudo pericial.

Portanto, é possível dizer que a conclusão do laudo pericial é tomada como argumento de autoridade, uma vez que é emanado por alguém que detém conhecimento técnico e teoricamente capaz de avaliar a condição daqueles que solicitam o benefício. Logo, ante o parecer favorável ou desfavorável do perito judicial, resta incontroversa a caracterização ou não da deficiência, bastando como prova e dispensando qualquer outra discussão a respeito do caso concreto.

Logo, os acórdãos estudados anteriormente situam-se numa verdadeira zona de autarquia, revelando o caráter opinativo da corte, que se vale de um critério totalmente inapto para se discutir o tema da deficiência com objetivo de fornecer um parecer sobre os casos que julgam, e não uma decisão amplamente fundamentada que se propõe a ser a melhor solução para o caso.

#### **4.4 ANÁLISE CONJUNTA DAS DECISÕES: RESPOSTA AOS QUESTIONAMENTOS ACERCA DO CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE**

Feita a análise das decisões, é possível responder a alguns questionamentos estabelecidos no início do capítulo. O primeiro deles diz respeito ao conceito de deficiência adotado pelas das turmas do TRF4. Podemos afirmar que o conceito utilizado para analisar os

casos que envolvem a deficiência foi a já superada incapacidade para o trabalho e vida independente, por mais que a convenção tenha estabelecido um critério mais amplo e menos reducionista do que vem a ser a deficiência e o ser humano (mão de obra e mercado de consumo).

Assim, fica evidente que o tema da deficiência ainda não é um assunto claro para a corte, visto que julga os benefícios assistenciais com a mesma lógica que utiliza para julgar os benefícios previdenciários, tais como o auxílio doença e aposentadoria por invalidez, cujos requisito elementar para concessão é a incapacidade para o trabalho, uma vez que o objetivo da precípua da previdência social é assegurar condições dignas de sobrevivência ao segurado que se encontra temporária ou permanentemente incapaz de trabalhar.

Além desse critério, algumas vezes a corte levou em consideração as condições sociais dos requerentes, tais como a baixa escolaridade ou idade avançada, que seriam obstáculos à reintegração da pessoa ao mercado de trabalho, reforçando a ideia de que pessoa com deficiência seria aquela incapaz para o trabalho.

Quanto à utilização do marco temporal de dois anos para a caracterização da incapacidade de longo prazo, constatou-se que em apenas alguns casos houve a menção expressa a esse lapso temporal (como poder ser verificado nas tabelas em anexo), sendo que na maioria das vezes esse requisito não foi mencionado pelos peritos, tampouco questionado pelos magistrados.

Por último, o questionamento mais importante: o Tribunal Regional Federal da 4ª Região realizou efetivamente o controle de convencionalidade em suas decisões? Infelizmente, verifica-se que embora em todas as decisões analisadas a Convenção seja citada, de fato ela não é implementada, pois o conceito de deficiência adotado pela corte contraria diretamente aquele estabelecido pelo tratado. Por outro lado, quanto ao marco temporal previsto §10 do art. 20 da LOAS, algo que é totalmente incompatível com o diploma internacional, verifica-se que esse dispositivo legal não foi aplicado na maioria nas decisões analisadas (não sabemos se foi intencionalmente), não ferindo nesse ponto os avanços trazidos pela Convenção.

Portanto, a conclusão que chegamos nesse ensaio é que o controle de convencionalidade foi parcialmente efetivado pela corte. No tocante ao conceito de deficiência, não foi realizado. Entretanto, a corte deixou de aplicar um dispositivo legal que é manifestamente contrário à Convenção (§10 do art. 20 da LOAS), realizando o controle de convencionalidade nesse ponto.

## 5.0 CONCLUSÃO

O objetivo do presente ensaio foi abordar o recente tema do controle de convencionalidade não somente na sua perspectiva teórica, mas também em sua dimensão prática. Para isso, foi adotado como objeto de análise a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CISDPD) e o controle de convencionalidade realizado pelo Tribunal Regional Federal da Quarta Região a respeito desse tratado nas decisões que envolvem o benefício de prestação continuada no período de 2010 a 2017, conforme o método de estudo de casos.

Primeiramente foi analisada a hierarquia dos tratados internacionais antes e depois da Emenda Constitucional 45 de 2004 e também traçados alguns apontamentos sobre o que vem a ser o controle de convencionalidade como método de solução de antinomias. Além disso, foram estudados os principais aspectos da Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência e seu impacto na legislação interna que aborda essa temática.

Assim, verificou-se que o novo conceito social de deficiência oriundo da convenção não é observado nas decisões da corte, que insiste em se valer de um critério já superado para julgar os casos que tratam do requerimento do BPC e, dessa forma, não realiza o controle difuso de convencionalidade, que obriga os magistrados a afastarem a incidência de normas contrárias aos tratados internacionais de direitos humanos.

O presente trabalho também realizou algumas reflexões sobre o fundamento jurídico das decisões da corte, que revelam a forte presença de uma justiça opinativa, marcada por argumentos de autoridade e situada em uma zona de autarquia. Além disso, foi observado que a fundamentação das decisões não se enquadra nos critérios de justificação proposto por Neil MacCormick, quais sejam: universalidade, consistência, coerência e consequencialismo.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Luiz Eduardo. Casos, Jurisprudência e monografias: as possibilidades do estudo de caso nas monografias em Direito. *Universitas/jus*, Brasília, v. 24, n. 2, p.23-32, 2013.

ACCIOLY, Hildebrando et al. Manual de Direito Internacional Público. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. 1352 p.

ALCALÁ, Humberto Nogueira. El uso de derecho internacional de los derechos humanos el la jurisprudencia del tribunal constitucional chileno en el periodo 2006-2010. *Revista Chilena de Derecho*, Santiago, v. 39, n. 1, p.149-187, 2012.

ALVES, Felipe Dalenogare; VASCONCELOS NETO, Leopoldo Ayres de. Por uma teoria do controle de convencionalidade: O caso Gomes Lund versus Brasil e as implicações ao estado brasileiro. 2016. Disponível em: <<http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/article/view/14766>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

ALVES, Felipe Dalenogare; VASCONCELOS NETO, Leopoldo Ayres de. O controle de convencionalidade dos atos do poder público como instrumento à tutela multinível dos direitos humanos. 2016. Disponível em: <<https://www.conpedi.org.br/publicacoes/xy6mqj74/et0i5356/mQSm78bfQ3KPa879.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

ANNONI, Danielle. Os direitos humanos na reforma do judiciário brasileiro. *Espaço Jurídico*, Joaçaba, v. 1, n. 7, p.29-38, jan./jun. 2006.

APPIO, Eduardo. Os juízes e o controle de convencionalidade no Brasil. In: MARINONI, Luiz Guilherme et al (Org.). *Controle de convencionalidade: Um panorama latino-americano: Brasil, Argentina, Chile, México, Peru*. Brasília: Gazeta Jurídica, 2013. Cap. 6. p. 182-212.

ARAUJO, Luiz Alberto David. A proteção constitucional das pessoas com deficiência. 4. ed. Brasília: Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional Para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, 2011. 148 p.

ATIENZA, Manuel. *As Razões do Direito: Teorias da Argumentação Jurídica*. São Paulo: Landy, 2000. 352 p.

BARBOSA, Livia et al. Diversidade Corporal e perícia médica: novos contornos da deficiência para o Benefício de Prestação Continuada. *Revista Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p.377-390, jul./dez 2009.

BARROSO, Luís Roberto. Constituição e tratados internacionais: alguns aspectos da relação entre direito internacional e direito interno. In: MARINONI, Luiz Guilherme et al (Org.). *Controle de convencionalidade: Um panorama latino-americano: Brasil, Argentina, Chile, México, Peru*. Brasília: Gazeta Jurídica, 2013. Cap. 5. p. 148-180.

BATISTA, Flávio Roberto. Uma contribuição ao estudo da assistência social à pessoa com deficiência: Trabalho e eficiência no modo de produção capitalista. In: SERAU JÚNIOR, Marco Aurélio et al. *Benefício Assistencial: Lei 8.742/1993: Temas Polêmicos*. São Paulo: Ltr, 2015. Cap. 2. p. 24-31.

BAZÁN, Victor. Control de Convencionalidad, aperturas dialógicas e influencias jurisdiccionales recíprocas. *Revista Europea de Derechos Fundamentales*, Espanã, n. 18, p. 63-104, jun. 2011.

BETTI, Gabriel Rubinger; ROESLER, Claudia. As limitações e possibilidades dos critérios avaliativos propostos por Neil Maccormick para a argumentação jurídica. *Revista de Direitos e Garantias Fundamentais*, Vitória, v. 18, n. 1, p.133-164, 2017.

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação. *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*, Brasília, p.1-18, 2009. Disponível em: <[http://www.sindifisconacional.org.br/images/justica\\_fiscal/RGPS/textos\\_artigos/seguridade-social-no-brasil.pdf](http://www.sindifisconacional.org.br/images/justica_fiscal/RGPS/textos_artigos/seguridade-social-no-brasil.pdf)>. Acesso em: 02 nov. 2017.

BRASIL. Lei nº 8.742/1993, de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social. Brasília, DF, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8742compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm)>. Acesso em: 7 nov. 2017.

BRASIL. IBGE. Censo Demográfico de 2010. Disponível em <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas\\_religiao\\_deficiencia/default\\_caracteristicas\\_religiao\\_deficiencia.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_religiao_deficiencia/default_caracteristicas_religiao_deficiencia.shtm)>. Acesso em 19 de fevereiro de 2017.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República(SDH/PR), Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência(SNPD). Novos Comentários à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/publicacoes/convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia>>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2017.

CANTOR, Ernesto Rey. Controles de convencionalidad de las leyes. 2008. Disponível em: <<https://archivos.juridicas.unam.mx/www/bjv/libros/6/2562/16.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2017.

CARNOTA, Walter F.. La diferenciacion entre control de constitucionalidad, control de convencionalidad y control de compatibilidad. *Anuario Iberoamericano de Justicia Constitucional*, Madrid, n. 15, p.51-66, 2011.

CHAVES, Denisson Gonçalves; SOUSA, Mônica Teresa Costa. O controle de convencionalidade e a autoanálise do poder judiciário brasileiro. *Revista da Faculdade de Direito Ufpr*, [s.l.], v. 61, n. 1, p.87-113, 29 abr. 2016.

COSTA, José Ricardo Caetano; SERAU JUNIOR, Marco Aurelio. Perícia Biopsicossocial: o bom exemplo que vem da Lei Orgânica da Assistência Social. In: SERAU JUNIOR, Marco Aurélio et al. *Benefício Assistencial: Lei 8.742/1993: Temas Polêmicos*. São Paulo: Ltr, 2015. Cap. 11. p. 94-105.

COURTIS, Christian. La convención sobre los derechos de las personas con discapacidad. ¿Ante un nuevo paradigma de protección? Disponível em: <<https://archivos.juridicas.unam.mx/www/bjv/libros/5/2468/10.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2017.

DALLARI. Pedro Bohomoletz de Abreu. Tratados Internacionais na Emenda Constitucional 45. In: *Reforma do Judiciário, analisada e comentada*. coordenadores André Ramos Tavares, Pedro Lenza, Pietro De Jesús Lora Alrcón são Paulo, editora método, 2005.

DHANDA, Amita. Construindo um novo léxico dos direitos humanos: Convenção sobre os Direitos das Pessoas com deficiência. *Revista Internacional de Direitos Humanos*, São Paulo, v. 8, n. 5, p.43-59, jun. 2008.

DINIZ, Débora; SILVA, Janaína Lima Penalva da. Mínimo social e igualdade: deficiência, perícia e benefício assistencial na LOAS. *Katál*, Florianópolis, v. 15, n. 2, p.262-269, jul./dez. 2012.

EMERIQUE, Lilian Balmant; GUERRA, Sidney. A incorporação dos tratados internacionais de direitos humanos na ordem jurídica brasileira. *Revista Jurídica*, Brasília, v. 10, n. 90, p.1-34, abr./mai.2008.

FEIJÓ, Alexsandro Rahbani Aragão; PINHEIRO, Tayssa Simone de Paiva Mohana Pinheiro. A convenção da ONU sobre o direito das pessoas com deficiência e seus efeitos no direito internacional e brasileiro. XXI Congresso Nacional do CONPEDI/UFF, Niterói, p. 229-246, 2012.

FEIJÓ, Alexsandro Rahbani Aragão; PINHEIRO, Tayssa Simone de Paiva Mohana. O controle de convencionalidade e a Convenção da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência: o caso da ADPF 182-0/800-DF. *Revista de Direito Brasileira*, Florianópolis, v. 6, n. 3, p.1-18, 2013.

FIGUEIREDO, Patricia Cobianchi. Hierarquia normativa dos tratados internacionais de direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro antes e após a emenda constitucional 45 de dezembro de 2004. In: PIOVESAN, Flávia et al (Org.). *Direitos humanos : fundamento, proteção e implementação: perspectivas e desafios contemporâneos*. Curitiba: Juruá, 2007. p. 183-209

FONSENCA, Ricardo Tadeu Marques da. O novo conceito constitucional da pessoa com deficiência: um ato de coragem. *Revista do Trt da 2ª Região*, São Paulo, n. 10, p.37-77, 2012.

FONSECA, Ricardo Tadeu Marques da. A reforma constitucional empreendida pela ratificação da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência aprovada pela Organização das Nações Unidas. *Revista eletrônica [do] Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região*, Curitiba, PR, v. 2, n. 18, p. 10-33, maio 2013.

FONSECA, Elisa Resende Bueno da. O valor normativo dos tratados de direitos humanos e a emenda constitucional 45/2004. *Revista de Estudos Jurídicos*, Franca, v. 23, n. 16, p.241-267, 2012.

FRAGA, Mirto. O conflito entre tratado internacional e norma de direito interno: estudo analítico da situação do tratado na ordem jurídica brasileira. Rio de Janeiro: Forense, 1997. 140 p.

GALDEANO, Isabele Zama; Pereira, Luciano Meneguetti. A convenção Internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência e seus impactos no ordenamento jurídico brasileiro: Um novo paradigma na proteção da pessoa com deficiência. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO INTERNACIONAL, 14., 2016, Belo Horizonte. *Anais...*. Belo Horizonte: Arraes, 2016. v. 6, p. 170 - 189

GARCÍA, Hernán Alejandro Olano. Teoría del control de convencionalidad. *Estudios Constitucionales*, Talca, v. 1, n. 14, p.61-94, 2016.

GUANDALINI JUNIOR, Walter. Da subsunção à argumentação: Perspectivas do raciocínio jurídico moderno. *Revista da Faculdade de Direito -ufpr*, Curitiba, n. 54, p.149-162, 2011.



HITTERS, Juan Carlos. Control de constitucionalidad y control de convencionalidad. Comparación: (Criterios fijados por la Corte Interamericana de Derechos Humanos). Estudios Constitucionales, Talca, v. 2, n. 7, p.109-128, 2009.

IVO, Anete Brito Leal; SILVA, Alessandra Buarque A. da. O hiato do direito dentro do direito: os excluídos do BPC. Katál, Florianópolis, v. 14, n. 1, p.32-40, jan./jun. 2011.

LEAL, Mônia Clarissa Hennig; ALVES, Felipe Dalenogare. O controle de convencionalidade e o Judiciário brasileiro: a sua aplicação pelo Tribunal Superior do Trabalho como forma de proteger a dignidade da mão-de-obra (vedação de terceirização de atividade-fim) no case Carneiro Távora v. Telemar Norte Leste e Contax. Revista de Investigações Constitucionais, [s.l.], v. 4, n. 1, p.109-128, 16 fev. 2017.

LOPES, Ana Maria D'Ávila. Bloco de constitucionalidade e princípios constitucionais: desafios do poder judiciário. Revista Sequência, Florianópolis, n. 59, p.43-60, dez. 2009.

LOPES, A.m. D'Ávila; CHEHAB, I.m.c.v.. Bloco de Constitucionalidade e Controle de Convencionalidade: Reforçando a Proteção dos Direitos Humanos no Brasil. Revista Brasileira de Direito, [s.l.], v. 12, n. 2, p.82-94, 18 dez. 2016. Complexo de Ensino Superior Meridional S.A.

LOPES, Dalliana Vilar; LOPES, Gills Vilar. A internalização dos tratados sobre Direitos Humanos na ordem jurídica brasileira e a problemática da ordem internacional. Universitas: Relações Internacionais, [s.l.], v. 14, n. 1, p.52-59, 26 jul. 2016. Centro de Ensino Unificado de Brasília.

MACEDO, Alano do Carmo; OLIVEIRA, Lucia Conde de. Benefício de Prestação Continuada: perspectivas na avaliação médico-social. Katál, Florianópolis, v. 18, n. 1, p.32-40, jan./jun. 2015.

MAC-GREGOR, Eduardo Ferrer. El control difuso de convencionalidad en el estado constitucional. Observatório da Jurisdição Constitucional, Brasília, n. 4, p.1-29, 2011.

MAIA, Maurício. Novo conceito de pessoa com deficiência e proibição do retrocesso. Revista da AGU, Brasília, v. 12, n. 37, p.289-306, jul./set. 2013.

MARINONI, Luiz Guilherme. Controle de convencionalidade (na perspectiva do direito brasileiro). In: MARINONI, Luiz Guilherme et al (Org.). Controle de convencionalidade: Um panorama latino-americano: Brasil, Argentina, Chile, México, Peru. Brasília: Gazeta Jurídica, 2013. Cap. 2. p. 58-85.

MARTÍN, Nuria Gonzales. Convención de Naciones Unidas sobre los derechos de las personas con discapacidad. Anuario Mexicano de Derecho Internacional, Cidade do México, v. 8, p.527-540, 2008

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. Teoria geral do controle de convencionalidade no direito brasileiro. In: MARINONI, Luiz Guilherme et al (Org.). Controle de convencionalidade: Um panorama latino-americano: Brasil, Argentina, Chile, México, Peru. Brasília: Gazeta Jurídica, 2013. Cap. 1. p. 4-54.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. O controle jurisdicional da convencionalidade das leis. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. 176 p.

MENEZES, Joyceane Bezerra de. O direito protetivo no Brasil após a convenção sobre a proteção da pessoa com deficiência: impactos do novo CPC e do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Civilística, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p.1-34, 2015

NOVAIS, Jorge Reis. *Direitos Sociais: Teoria Jurídica dos direitos sociais enquanto direitos fundamentais*. Coimbra: Coimbra, 2010. 414 p.

PALOMBELLA, Gianluigi. *Filosofia do Direito*. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 2005. 387 p.

PEREIRA, Luciano Meneguetti. Políticas públicas, direitos fundamentais e Poder Judiciário: uma análise crítica do Benefício de Prestação Continuada (BPC). *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, [s.l.], v. 3, n. 1, p.25-50, 30 jul. 2013.

PETERS, Adriana Salgado. A eficácia do §3º do art 5º da Constituição Federal de 1988. In: PIOVESAN, Flávia (Org.). *Direitos humanos : fundamento, proteção e implementação: perspectivas e desafios contemporâneos* / Flávia Piovesan e Daniela Ikawa. Curitiba: Juruá, 2007. p. 212-238.

PIOVESAN, Flávia. Controle de convencionalidade, direitos humanos e diálogos entre jurisdições. In: MARINONI, Luiz Guilherme et al (Org.). *Controle de convencionalidade: Um panorama latino-americano: Brasil, Argentina, Chile, México, Peru*. Brasília: Gazeta Jurídica, 2013. Cap. 4. p. 116-145.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos humanos e o direito constitucional internacional*. 14ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. 782 p.

RENCK, Maria Helena Pinheiro. *Restrições legais a direitos humanos: o caso da legislação da Assistência Social do Brasil e os direitos fundamentais da pessoa com deficiência*. 2014. 192 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Chapecó, 2014.

RODRIGUEZ, José Rodrigo. Como decidem as cortes? Para uma crítica do direito brasileiro. S.i:Fgv,2013.228p.Disponível em:<<https://www.uniceub.br/media/364804/comodecidemascortes.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

SANTOS, Wederson. Deficiência como restrição de participação social: desafios para avaliação a partir da Lei Brasileira de Inclusão. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro , v. 21, n. 10, p. 3007-3015, 2016.

SARLET, Ingo Wolfgang. Notas sobre as relações entre a Constituição Federal de 1988 e os tratados internacionais de direitos humanos na perspectiva do assim chamado controle de convencionalidade. In: MARINONI, Luiz Guilherme et al (Org.). *Controle de convencionalidade: Um panorama latino-americano: Brasil, Argentina, Chile, México, Peru*. Brasília: Gazeta Jurídica, 2013. Cap. 3. p. 88-114

SIGNORINI, Terezinha de Jesus Souza. A recepção de tratados internacionais sobre direitos humanos no Brasil após a Emenda Constitucional n.º 45. *Revista Eletrônica do Cejur*, [s.l.], v. 1, n. 3, p.182-205, 31 dez. 2008.

SILVA, Naiane Louback da. A judicialização do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social. *Serv. Soc. Soc*, São Paulo, n. 111, p.555-575, jul./set. 2012.

SILVA, Neimar Roberto de Souza e. *Direito e Argumentação Jurídica em Neil Maccormick*. Legis Augustus, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p.29-41, jul./dez. 2013.

SPOSATI, Aldaíza. Proteção social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social. **Serv. Soc. Soc**, São Paulo, n. 116, p.652-674, out./dez. 2013.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *Direito Internacional E Direito Interno: Sua Interação Na Proteção Dos Direitos Humanos*. 1996. Disponível em: <<http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/22361-22363-1-PB.pdf>>. Acesso em

WARAT, Luiz Alberto. Introdução geral ao Direito: Interpretação da lei, temas para uma reformulação. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 1994. 232 p.

YIN, Robert K.. Estudo de Casos: Planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. 200 p.

## ANEXOS

## DECISÕES DA SEXTA TURMA DO TRF4

Tabela de decisões da sexta turma (2010-2011)

Nº dos autos	Critério utilizado	Caracterização da deficiência	Utilização do marco temporal de dois anos
<u>0003942-62.2008.404.7000</u>	Incapacidade para o trabalho/vida independente	sim	não
<u>0006679-91.2010.404.9999</u>	Incapacidade para o trabalho/vida independente	sim	não

Fonte: Portal do TR4 (2017)

Tabela de decisões da sexta turma (2011-2013)

Nº dos autos	Critério utilizado	Caracterização da deficiência	Utilização do marco temporal de dois anos
<u>5000338-52.2011.404.7210</u>	Ação civil pública	não necessita ser irreversível	sim
<u>2009.70.99.003610-2</u>	incapacidade para o trabalho/vida independente	sim	não

Fonte: Portal do TR4 (2017)

Tabela de decisões da sexta turma (2013-2014)

Nº dos autos	Critério utilizado	Caracterização da deficiência	Utilização do marco temporal de dois anos
<u>0008820-78.2013.404.9999</u>	IDOSO - DESCONSIDERA	IDOSO - DESCONSIDERA	IDOSO - DESCONSIDERA
<u>0007729-50.2013.404.9999</u>	IDOSO - DESCONSIDERA	IDOSO - DESCONSIDERA	IDOSO - DESCONSIDERA
<u>0002317-65.2013.404.0000</u>	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL
<u>0003633-89.2013.404.9999</u>	IDOSO - DESCONSIDERA	IDOSO - DESCONSIDERA	IDOSO - DESCONSIDERA

Fonte: Portal do TR4 (2017)

<b>Tabela de decisões da sexta turma (2015-2016)</b>			
<b>Nº dos autos</b>	<b>Critério da fundamentação</b>	<b>Caracterização da deficiência</b>	<b>Utilização do marco temporal de 2 anos</b>
5023103-50.2015.404.9999	incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0001569-38.2015.404.9999	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL
0012344-15.2015.404.9999	incapacidade para o trabalho/CISDPD	não	não
0003291-15.2012.404.9999	incapacidade para o trabalho/CISDPD	não	não
5001210-49.2010.404.7001	incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não expressamente (desde 2009)
5001065-59.2011.404.7000	IDOSO- DESCONSIDERA	IDOSO- DESCONSIDERA	IDOSO- DESCONSIDERA
0025104-30.2014.404.9999	incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não diz expressamente (desde 2002)
0004692-44.2015.404.9999	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL
0004451-70.2015.404.9999	IDOSO- DESCONSIDERA	IDOSO- DESCONSIDERA	IDOSO- DESCONSIDERA
0004332-12.2015.404.9999	incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não expressamente (desde 2012)
0004001-30.2015.404.9999	IDOSO- DESCONSIDERA	IDOSO- DESCONSIDERA	IDOSO- DESCONSIDERA
0003790-91.2015.404.9999	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL
0000715-44.2015.404.9999	incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0000690-31.2015.404.9999	incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
053399-02.2013.404.7000	incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
5041635-82.2014.404.7000	incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não expressamente (Desde 2002)
5014083-35.2015.404.9999	incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não expressamente (há 12 anos)
5003571-89.2013.404.7015	incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
5003292-07.2015.404.9999	incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
5001454-28.2013.404.7015	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL
5003827-05.2013.404.7121	incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
2008.71.17.001085-8	incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não expressamente ( desde 1996)
0025471-54.2014.404.9999	incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não expressamente (há 7 anos)
0024328-30.2014.404.9999	IDOSO- DESCONSIDERA	IDOSO- DESCONSIDERA	IDOSO- DESCONSIDERA
0023867-58.2014.404.9999	incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não expressamente (há 10 anos)
0021822-81.2014.404.9999	incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não expressamente (desde os 22 anos)
0021023-72.2013.404.9999	incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não expressamente (desde 2009)
0020906-47.2014.404.9999	incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não expressamente (desde 2009)
0019533-15.2013.404.9999	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL
0018515-22.2014.404.9999	incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não

<b>Tabela de decisões da sexta turma (2015-2016) Conclusão</b>			
<b>Nº dos autos</b>	<b>Critério da fundamentação</b>	<b>Caracterização da deficiência</b>	<b>Utilização do marco temporal de 2 anos</b>
0018258-94.2014.404.9999	incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0013326-63.2014.404.9999	incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0013037-33.2014.404.9999	incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0007948-63.2013.404.9999	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL
0001333-86.2015.404.9999	incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não expressamente (desde os 25 anos)
0000037-29.2015.404.9999	incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
5030406-52.2014.404.9999	incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
5027684-45.2014.404.9999	incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
5027354-48.2014.404.9999	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL
5027339-79.2014.404.9999	incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não expressamente (desde 1990)
5006245-47.2011.404.7100	incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
5005517-66.2012.404.7004	incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
5005066-82.2014.404.7000	incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
5003741-62.2015.404.9999	incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
5001530-53.2015.404.9999	IDOSO- DESCONSIDERA	IDOSO- DESCONSIDERA	IDOSO- DESCONSIDERA
0025323-43.2014.404.9999	incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0024774-33.2014.404.9999	incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0024537-96.2014.404.9999	incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0024084-04.2014.404.9999	IDOSO- DESCONSIDERA	IDOSO- DESCONSIDERA	IDOSO- DESCONSIDERA
0023195-50.2014.404.9999	incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0010484-13.2014.404.9999	incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0022970-30.2014.404.9999	incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0022472-31.2014.404.9999	IDOSO- DESCONSIDERA	IDOSO- DESCONSIDERA	IDOSO- DESCONSIDERA
0014502-82.2011.404.9999	incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0013682-97.2010.404.9999	incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não expressamente (desde os 18 anos)
5031858-97.2014.404.9999	IDOSO- DESCONSIDERA	IDOSO- DESCONSIDERA	IDOSO- DESCONSIDERA
0017191-65.2012.404.9999	incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não expressamente (desde 2011)
0016113-65.2014.404.9999	incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
Fonte: Portal do TRF4 (2017)			

<b>Tabela de decisões da sexta turma (2016-2017)</b>			
<b>Nº dos autos</b>	<b>Critério da fundamentação</b>	<b>Caracterização da deficiência</b>	<b>Utilização do marco temporal de 2 anos</b>
5007550-94.2015.404.7110	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA
0014601-47.2014.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
0012950-09.2016.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
0000978-42.2016.404.9999	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA
0015246-38.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	não	não
0001512-20.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
0001149-96.2016.404.9999	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL
5001732-29.2013.404.7015	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	não	não
5079042-25.2014.404.7000	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA
5019571-68.2015.404.9999	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA
0013925-65.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	sim
0010234-09.2016.404.9999	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL
0007588-26.2016.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	não	não
0000429-32.2016.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	não	não
0012124-51.2014.404.9999	DISUCUTE OUTROS BENEFÍCIOS	DISUCUTE OUTROS BENEFÍCIOS	DISUCUTE OUTROS BENEFÍCIOS
0005825-87.2016.404.9999	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA
0004211-47.2016.404.9999	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL
0001496-32.2016.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
0001056-36.2016.404.9999	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL
0000135-48.2014.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
0013555-86.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
0013040-17.2016.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	sim, desde 2012
0012474-68.2016.404.9999	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA
0012455-62.2016.404.9999	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL
0011790-46.2016.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não expressamente (permanente)
0009735-25.2016.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
0008649-19.2016.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
0007019-25.2016.404.9999	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL

<b>Tabela de decisões da sexta turma (2016-2017) Continuação</b>			
<b>Nº dos autos</b>	<b>Critério da fundamentação</b>	<b>Caracterização da deficiência</b>	<b>Utilização do marco temporal de 2 anos</b>
0001809-95.2013.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	não	não
5086180-43.2014.404.7000	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA
5056373-37.2012.404.7100	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não expressamente (desde 2007)
5050181-19.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
5047446-13.2015.404.9999	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL
5045807-57.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
5045509-65.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
5044622-62.2012.404.7000	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
5044320-52.2015.404.9999	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL
5042757-23.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
5038114-85.2016.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
5031850-23.2014.404.9999	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL
5031753-63.2014.404.7108	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL
5030389-79.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	nao
5030279-17.2014.404.9999	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL
5025437-57.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
5024985-19.2012.404.7100	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	não	não
5024852-05.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
5019571-68.2015.404.9999	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA
5019115-21.2015.404.9999	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA
5018649-72.2012.404.7108	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL
5017362-29.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
5013828-24.2013.404.7000	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
5013413-94.2015.404.9999	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL
5012617-06.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
5010043-61.2012.404.7009	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	não	não
5009540-52.2016.404.9999	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL
5009218-66.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não



**Tabela de decisões da sexta turma (2016-2017) Continuação**

<b>Nº dos autos</b>	<b>Critério da fundamentação</b>	<b>Caracterização da deficiência</b>	<b>Utilização do marco temporal de 2 anos</b>
5007710-85.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
5003786-80.2013.404.7010	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
5003214-13.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	não	não
5002358-30.2013.404.7118	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
5001462-03.2011.404.7006	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
0000277-18.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	nao
0017447-37.2014.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	não	não
0011610-98.2014.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não expressamente (desde 2011)
5050293-85.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	nao
5049838-23.2015.404.9999	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL
5035820-94.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
5031359-16.2014.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
5030451-85.2016.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
5022460-92.2015.404.9999	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA
5018983-62.2014.404.7003	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL
5013026-45.2016.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
5009194-04.2016.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não expressamente (desde 2003)
5009075-43.2016.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não expressamente (desde 2010)
5007974-78.2015.404.7000	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
5007170-03.2016.404.9999	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA
5000324-67.2016.404.9999	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA
5000131-86.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
0019405-24.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
0019530-89.2015.404.9999	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA
0019455-50.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
0017201-07.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não expressamente (desde 2012)
0016839-05.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	sim (expressamente)
0016599-16.2015.404.9999	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA

**Tabela de decisões da sexta turma (2016-2017) Continuação**

<b>Nº dos autos</b>	<b>Critério da fundamentação</b>	<b>Caracterização da deficiência</b>	<b>Utilização do marco temporal de 2 anos</b>
0016339-70.2014.4.04.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não expressamente (desde 2005)
0016247-58.2015.4.04.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
0014800-35.2015.4.04.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não expressamente (desde 2010)
0009644-32.2016.4.04.9999	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL
0008011-83.2016.4.04.9999	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL
0005542-98.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
0004822-97.2016.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
0004722-79.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
0004294-63.2016.404.9999	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA
0004112-77.2016.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não expressamente (desde 2012)
0002944-40.2016.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
0002868-16.2016.404.9999	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA
0016568-93.2015.404.9999	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA
0010280-95.2016.4.04.9999	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL
0000537-95.2015.404.9999	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL
009449-47.2016.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
0009408-80.2016.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não expressamente (há 5 anos)
0008785-16.2016.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
0008458-71.2016.4.04.9999	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL
0008102-76.2016.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
0007963-27.2016.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
0007730-30.2016.404.9999	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL
0007381-27.2016.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
0002419-58.2016.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
0002292-23.2016.404.9999	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL
0001944-05.2016.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
0001821-07.2016.404.9999	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL
0001603-76.2016.404.9999	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA

**Tabela de decisões da sexta turma (2016-2017) Continuação**

<b>Nº dos autos</b>	<b>Critério da fundamentação</b>	<b>Caracterização da deficiência</b>	<b>Utilização do marco temporal de 2 anos</b>
0001488-89.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
0001252-40.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
<u>0019405-24.2015.404.9999</u>	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
0017995-28.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não expressamente (desde os 15 anos)
0012335-53.2015.404.9999	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA
0011915-48.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	não	não
0010473-13.2016.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
<u>0006253-69.2016.404.9999</u>	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
0006026-79.2016.404.9999	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA
0005924-96.2012.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
<u>0005734-94.2016.404.9999</u>	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA
0005730-57.2016.404.9999	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA
0005274-10.2016.404.9999	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA
0005193-61.2016.404.9999	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA
0004870-56.2016.404.9999	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL
0004807-31.2016.404.9999	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA
0003829-54.2016.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não expressamente (desde 2010)
0003177-37.2016.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não expressamente (desde 2010)
0003159-16.2016.404.9999	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL
0002810-52.2012.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
0002665-54.2016.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
5047040-55.2016.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	incontroversa
5046095-68.2016.404.9999	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA
5045454-80.2016.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
5035347-74.2016.404.9999	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA
5031230-11.2014.404.9999	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL
5014463-58.2015.404.9999	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL
5013514-34.2015.404.9999	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL

**Tabela de decisões da sexta turma (2016-2017) Continuação**

<b>Nº dos autos</b>	<b>Critério da fundamentação</b>	<b>Caracterização da deficiência</b>	<b>Utilização do marco temporal de 2 anos</b>
5013125-15.2016.404.9999	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA
5006586-72.2013.404.7110	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	não	não
5005671-67.2015.404.7202	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	não	não
5005667-78.2015.404.9999	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL
5005236-39.2014.404.7005	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não expressamente (desde 2005)
5005086-86.2013.404.7007	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
5004640-21.2015.404.7102	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
5019571-68.2015.404.9999	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA
0002510-51.2016.404.9999	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL
0001964-93.2016.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	nÃO expressamente (desde 2009)
0014654-91.2015.404.9999	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL
0013614-74.2015.404.9999	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL
0012769-42.2015.404.9999	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA
0010698-67.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
0009923-52.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
0009880-18.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não expressamente (desde a infância)
0009201-18.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não expressamente (desde 2011)
0007797-29.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não expressamente (desde 2008)
0007324-43.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
0007013-52.2015.404.9999	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL
0005716-10.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não expressamente (há 30 anos)
0005073-18.2016.404.9999	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL
0004949-35.2016.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	sim, ha mais de dois anos
5009999-93.2013.404.7110	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não expressamente (desde o nascimento)
0022475-83.2014.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
0021525-74.2014.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
0020191-68.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não expressamente (desde 2012)
0019479-78.2015.404.9999	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA

**Tabela de decisões da sexta turma (2016-2017) Continuação**

<b>Nº dos autos</b>	<b>Critério da fundamentação</b>	<b>Caracterização da deficiência</b>	<b>Utilização do marco temporal de 2 anos</b>
0019387-03.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não expressamente (desde 2006)
0017023-58.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
0012197-86.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
0000161-12.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	não	não
0019860-86.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não expressamente ( desde o nascimento)
0019586-25.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não expressamente (desde 2013)
0019512-68.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não expressamente (desde 2010)
0017214-06.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
0011800-27.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
0011477-22.2015.404.9999	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA
0011126-83.2014.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
0003858-12.2013.404.9999	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL
0025066-18.2014.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	não	não
0019583-70.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não expressamente (há 20 anos)
0018084-85.2014.404.9999	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL
0016058-80.2015.404.9999	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL
0014720-71.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
0013497-25.2011.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não expressamente ( desde a infância)
0012929-67.2015.404.9999	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL
0012547-74.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
0012498-33.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
0012314-77.2015.404.9999	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL
0011181-97.2015.404.9999	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL
0010924-72.2015.404.9999	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL
0010740-19.2015.404.9999	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA
0010076-85.2015.404.9999	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA
0008816-70.2015.404.9999	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL
0008704-09.2012.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não

**Tabela de decisões da sexta turma (2016-2017) Continuação**

<b>Nº dos autos</b>	<b>Critério da fundamentação</b>	<b>Caracterização da deficiência</b>	<b>Utilização do marco temporal de 2 anos</b>
0008632-17.2015.404.9999	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA
0008544-76.2015.404.9999	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL
0007926-34.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
0007918-57.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	não	não
0006935-58.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
0006680-03.2015.404.9999	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL
0003532-81.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
0001757-31.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não expressamente (há 20 anos)
0001064-47.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	não	não
5049978-57.2015.404.9999	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL
5032003-56.2014.404.9999	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA
5031569-67.2014.404.9999	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA
5026159-91.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
5025814-28.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
5011362-13.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
5005184-14.2016.404.9999	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL
5003495-89.2013.404.7104	NÃO SE DISCUTE BPC	NÃO SE DISCUTE BPC	NÃO SE DISCUTE BPC
0024406-24.2014.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não expressamente (desde 2012)
0019415-05.2014.404.9999	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL
0018032-89.2014.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
0012457-08.2011.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	não	não
0007269-92.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	nao
0004831-93.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não expressamente (desde 2012)
0022461-02.2014.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	autor faleceu
0020808-62.2014.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
0019430-37.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
0019318-05.2014.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
0019177-83.2014.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não

**Tabela de decisões da sexta turma (2016-2017) Conclusão**

<b>Nº dos autos</b>	<b>Critério da fundamentação</b>	<b>Caracterização da deficiência</b>	<b>Utilização do marco temporal de 2 anos</b>
0018353-27.2014.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
0018210-04.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
0014485-07.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
0013644-51.2011.404.9999	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL
0012849-06.2015.404.9999	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL
0008986-42.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
0008944-90.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
5008163-80.2015.404.9999	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA
5000483-81.2015.404.7012	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
0011302-62.2014.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	não	não
0019135-34.2014.404.9999	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL
0016663-26.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
5015578-80.2016.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
0022700-06.2014.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	não	não
0017345-78.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
0020237-28.2013.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
0017311-06.2015.404.9999	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA
0014656-32.2013.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
0013635-50.2015.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
0011709-73.2011.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não expressamente (desde os 22 anos)
0012566-51.2013.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
5034867-68.2013.404.7100	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não expressamente (desde os 3 anos)
5006398-63.2014.404.7104	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL	ANALISA APENAS O RISCO SOCIAL
0017185-53.2015.404.9999	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA
5029916-30.2014.404.9999	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA	IDOSO-DESCONSIDERA
0022178-76.2014.404.9999	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
5013540-43.2013.404.7108	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não
5000598-97.2013.404.7004	Mistura os dois critérios (CISDPD e inc. laboral)	sim	não

Fonte: Portal do TRF4 (2017)

**Tabela de decisões da sexta turma (fevereiro de 2017)**

<b>Nº dos autos</b>	<b>Critério da fundamentação</b>	<b>Caracterização da deficiência</b>	<b>Utilização do marco temporal de 2 anos</b>
0011312-38.2016.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não expressamente (congenita)
0006493-58.2016.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não expressamente (permanente)
5065967-12.2011.404.7100	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não expressamente (desde 2005)
5017122-40.2015.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	não	não
5013454-61.2015.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
5012229-12.2011.404.7100	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
5004892-68.2013.404.7110	APENAS RISCO SOCIAL	APENAS RISCO SOCIAL	APENAS RISCO SOCIAL
5003238-52.2014.404.7129	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	diz - dois a três anos

Fonte: Portal do TRF4 (2017)

## DECISÕES DA QUINTA TURMA DO TRF4

**Tabela de decisões da quinta turma (2015-2016)**

<b>Nº dos autos</b>	<b>Critério da fundamentação</b>	<b>Caracterização da deficiência</b>	<b>Utilização do marco temporal de 2 anos</b>
0016477-03.2015.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0013226-74.2015.404.9999	IDOSO	IDOSO	IDOSO
5042360-61.2015.404.9999	IDOSO	IDOSO	IDOSO
5042086-74.2014.404.7108	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
5036827-24.2015.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
5033338-76.2015.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0015249-90.2015.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0013909-14.2015.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
5008457-12.2014.404.7108	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não

**Tabela de decisões da quinta turma (2015-2016) conclusão**

<b>Nº dos autos</b>	<b>Critério da fundamentação</b>	<b>Caracterização da deficiência</b>	<b>Utilização do marco temporal de 2 anos</b>
---------------------	----------------------------------	--------------------------------------	---



5037638-81.2015.404.9999	IDOSO	IDOSO	IDOSO
5036230-55.2015.404.9999	IDOSO	IDOSO	IDOSO
5033029-55.2015.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
5028471-40.2015.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
5006781-02.2014.404.7117	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
5004502-31.2014.404.7121	IDOSO	IDOSO	IDOSO
5001624-18.2014.404.7127	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
2008.71.99.001708-7	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0013351-42.2015.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0013030-07.2015.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0012903-69.2015.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0012461-11.2012.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0012325-09.2015.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0012090-42.2015.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0011923-25.2015.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0011439-10.2015.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	Não expressamente (desde a infância)
5060017-51.2013.404.7100	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
5039331-03.2015.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
5036471-29.2015.404.9999	IDOSO	IDOSO	IDOSO
5036218-76.2013.404.7100	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	não	não
5035819-12.2015.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
5032979-29.2015.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	não	não
5031250-65.2015.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
5031136-63.2014.404.9999	IDOSO	IDOSO	IDOSO
5021236-22.2015.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0014471-23.2015.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0013439-80.2015.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não

Tabela de decisões da quinta turma (2016-2017)

Nº dos autos	Critério da fundamentação	Caracterização da deficiência	Utilização do marco temporal de 2 anos
--------------	---------------------------	-------------------------------	--

5040724-26.2016.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não expressamente (desde 2010)
5039765-55.2016.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
5033174-77.2016.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não expressamente (desde 2007)
5031271-07.2016.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
5030173-84.2016.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não expressamente (há 10 anos)
5029705-23.2016.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
5028126-40.2016.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
5024780-81.2016.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
5023502-45.2016.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
5022148-82.2016.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	não	não
5021117-61.2015.404.9999	APENAS RISCO SOCIAL	APENAS RISCO SOCIAL	APENAS RISCO SOCIAL
5021107-80.2016.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	Não expressamente (há 8 anos)
5019163-43.2016.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
5017665-09.2016.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
5007623-95.2016.404.9999	IDOSO	IDOSO	IDOSO
5006159-12.2016.404.7000	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
005816-40.2016.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
5004174-32.2016.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
5001917-93.2015.404.7016	IDOSO	IDOSO	IDOSO
5000766-33.2016.404.9999	IDOSO	IDOSO	IDOSO
5000544-45.2015.404.7010	APENAS RISCO SOCIAL	APENAS RISCO SOCIAL	APENAS RISCO SOCIAL
5000535-50.2015.404.7021	incapacidade para o trabalho/CISDPD	não	não
0014149-66.2016.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0012966-60.2016.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0012581-15.2016.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0011846-79.2016.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0013033-25.2016.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	SIM	não

Tabela de decisões da quinta turma (2016-2017) continuação

Nº dos autos	Critério da fundamentação	Caracterização da deficiência	Utilização do marco temporal de 2 anos
--------------	---------------------------	-------------------------------	--

0007066-96.2016.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
5041402-41.2016.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
5038902-13.2014.404.7108	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
5032155-36.2016.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	não	sim
5037961-52.2016.404.9999	APENAS RISCO SOCIAL	APENAS RISCO SOCIAL	APENAS RISCO SOCIAL
5036221-60.2015.404.7100	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	não	não
5018082-03.2014.404.7001	APENAS RISCO SOCIAL	APENAS RISCO SOCIAL	APENAS RISCO SOCIAL
5000797-25.2014.404.7121	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0013609-18.2016.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0012951-91.2016.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0012582-97.2016.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0012160-25.2016.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0012158-55.2016.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0012084-98.2016.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0010453-56.2015.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0009614-94.2016.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0001525-82.2016.404.9999	IDOSO	IDOSO	IDOSO
5059910-70.2014.404.7100	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0011087-18.2016.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0003440-69.2016.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	não	não
0009070-09.2016.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0007475-72.2016.404.9999	IDOSO	IDOSO	IDOSO
0006597-50.2016.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0018610-18.2015.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0010048-83.2016.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0009998-57.2016.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não expressamente (desde 2014)
0009383-67.2016.404.9999	IDOSO	IDOSO	IDOSO

Tabela de decisões da quinta turma (2016-2017) continuação

Nº dos autos	Critério da fundamentação	Caracterização da deficiência	Utilização do marco temporal de 2 anos
--------------	---------------------------	-------------------------------	--

0009327-34.2016.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	não	não
0009093-52.2016.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0008693-38.2016.404.9999	IDOSO	IDOSO	IDOSO
0008357-34.2016.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0008313-15.2016.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0007449-74.2016.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	não	não
0006579-29.2016.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0003023-19.2016.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0001927-66.2016.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0001716-30.2016.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
5003810-71.2014.404.7011	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
5003155-26.2014.404.7003	IDOSO	IDOSO	IDOSO
0007179-50.2016.404.9999	IDOSO	IDOSO	IDOSO
0006980-28.2016.404.9999	IDOSO	IDOSO	IDOSO
0007640-22.2016.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0007158-74.2016.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
5005925-34.2015.404.7204	APENAS RISCO SOCIAL	APENAS RISCO SOCIAL	APENAS RISCO SOCIAL
0006510-94.2016.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0002321-78.2013.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0006264-98.2016.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0012944-70.2014.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
5000281-33.2016.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	não	não
0004892-17.2016.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0004296-33.2016.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0003487-43.2016.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0022813-91.2013.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0017150-93.2015.404.9999	ACORDO	ACORDO	ACORDO

Tabela de decisões da quinta turma (2016-2017) continuação

Nº dos autos	Critério da fundamentação	Caracterização da deficiência	Utilização do marco temporal de 2 anos
--------------	---------------------------	-------------------------------	--

0002420-43.2016.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0001095-33.2016.404.9999	IDOSO	IDOSO	IDOSO
0001030-38.2016.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0002003-90.2016.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0001795-09.2016.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não expressamente (congenita)
0020043-57.2015.404.9999	ANULAÇÃO DA SENTENÇA	ANULAÇÃO DA SENTENÇA	ANULAÇÃO DA SENTENÇA
0020202-97.2015.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0019607-98.2015.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0019016-39.2015.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0000182-51.2016.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não expressamente (congenita)
0000091-58.2016.404.9999	IDOSO	IDOSO	IDOSO
5004804-88.2016.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
5000192-24.2014.404.7010	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0020119-81.2015.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0017475-68.2015.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0019538-66.2015.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0018780-87.2015.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0017934-70.2015.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0017651-47.2015.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0015591-04.2015.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0000133-78.2014.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não expressamente (congenita)
5045674-15.2015.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
5011643-46.2014.404.7204	IDOSO	IDOSO	IDOSO
0018101-87.2015.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
0016209-46.2015.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	Não expressamente (desde a infância)
0017288-60.2015.404.9999	IDOSO	IDOSO	IDOSO
0015595-41.2015.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não

Tabela de decisões da quinta turma (2016-2017) conclusão

Nº dos autos	Critério da fundamentação	Caracterização da deficiência	Utilização do marco temporal de 2 anos
--------------	---------------------------	-------------------------------	--

0010655-72.2011.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	não
5041244-20.2015.404.9999	IDOSO	IDOSO	IDOSO
5033450-45.2015.404.9999	Incapacidade para o trabalho/CISDPD	sim	Não expressamente (desde 2002)

Fonte: Portal do TRF4 (2017)